

Antonio Rago Filho

**A IDEOLOGIA 1964: OS GESTORES
DO CAPITAL ATRÓFICO**

PUC-SP/1998

Antonio Rago Filho

**A IDEOLOGIA 64: OS GESTORES
DO CAPITAL ATRÓFICO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História, sob a orientação da Prof^ª. Doutora Yvone Dias Avelino.

PUC/São Paulo-1998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA MONTE ALEGRE - PUC-SP

TD
900
R

Rago Filho, Antonio
A ideologia 64: os gestores do capital atrofico. - São Paulo: s.n.,
1998.
371 f. ;30 cm.

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Área de concentração: História

Orientador: Yvone Dias Avelino

1. Brasil - História - Revolução, 1964

Palavra-chave: Castelismo - Ditadura militar - Autocracia burguesa - Politicismo -
Bonapartismo - Democracia relativa

*Aos meus pais, Júlia e Rago, com carinho.
Às minhas meninas, Mariana e Laura, com amor.
A Cida, com paixão.*

Agradecimentos

À Yvone Dias Avelino, minha colega de departamento, que foi, sem sombra de dúvida, a peça fundamental que tive na caminhada para a conclusão dessa tese. Retirando todos os entulhos e entraves possíveis, assentou a base segura para a impulsão de que esse trabalho necessitava. Sua intervenção rápida e segura, forneceu chaves preciosas para a organização dos temas que pesquisamos;

Aos colegas do Departamento de História, em especial Vera Lúcia Vieira, Tota, Adilson, Maurício, Estefânia Fraga, cada um a seu modo contribuiu com engenho e perícia de historiador, mas fundamentalmente com generosidade humana;

Às minhas eternas *maninhas*, Elisabeth e Margareth, que estiveram sempre por perto para o que desse e viesse. Cida, que mais uma vez deu tudo de si. Lívia Cotrim, com sua agilidade e lucidez, contribuiu e muito com algumas das idéias que ora apresento. Ivan, Goreti, Carlos, Angela, Keca, Lúcia... e mais uma turma toda da *Ad Hominem*, deram a retaguarda necessária;

À Thereza Negrão e Afrânio Mendes Catani, que impecáveis na conduta profissional, foram atenciosos, suponho, em demasia. Selma Rocha, com seus materiais sobre a doutrina da ESG e os documentos sobre os generais-presidentes, assim como Vânia Noeli de Assunção, com sua ampla investigação sobre a ideologia golberiana, me deram um enorme apoio, fornecendo seus materiais de pesquisa;

Vários estudantes do Departamento de História, cada qual numa função, estiveram comigo o tempo todo nesta empreitada. Patrícia, Carla, Clarisse, Daniela, Prieta, Paulo Jr., Wanderson, Lilian e Clécio, meus sinceros agradecimentos;

A J. Chasin, pelo empréstimo de seu intenso esforço em compreender a forma particular do capitalismo brasileiro e de efetivar um combate verdadeiro e profundo à ditadura, naquele momento, por meio de sucessivos editoriais da *Ensaio*, criticando-a por aquilo que ela era de fato,

Ao Cepe da PUC-SP e à Fundação Santo André, pelo apoio financeiro, a primeira na forma de capacitação docente e, a segunda, na reprodução gráfica do material.

RESUMO

A pesquisa visa à elucidação da *ideologia bonapartista da autocracia burguesa* produzida no período da vigência da ditadura militar (1964-1985), desde sua instauração por meio de um golpe de Estado, seus desdobramentos, até a configuração do processo de auto-reforma. Trata-se de compreender os nódulos ideológicos centrais do "ideário da revolução de 1964", aqui denominada *Ideologia 64*, examinando os perfis próprios de cada general-presidente do ciclo militar, a fim de detectar os projetos que os especificam, buscando configurar a nucleação básica a esta forma de dominação autocrático-burguesa em nosso país. É interessante ressaltar que, desde o momento de sua instalação, o grupo *castelista* acenava para a impossibilidade da permanência de uma dominação violenta, sob a forma da excepcionalidade, para todo o sempre. Deste modo, é posta, desde as origens da ditadura militar, a possibilidade do trânsito para a consolidação institucional dos projetos de 64, concepção que aparece nos discursos e escritos de Castello Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Geisel, que professavam o pensamento do "grupo da Sorbonne".

São discursos oficiais, pois, que delinearam políticas gerais e específicas, que afetaram a vida da nação em seu conjunto. A *Ideologia 64* manifesta nos discursos governamentais, por sua própria natureza, implica em concepções, propostas e programas que intentavam moldar a totalidade da vida social, a seu modo de ver, desde a estruturação da organização do sistema produtivo e suas relações com o financiamento externo, o tipo de comportamento político, subordinando o parlamento à lógica do executivo, assim como restringindo a liberdade de pensamento, de livre manifestação e organização, mas, fundamentalmente, objetivando o cerco à resistência democrática de massas, tendo a excepcionalidade como regra constitucional e a tortura como *violência edificante*, com a finalidade de reprimir, desorganizar e atemorizar os trabalhadores do campo e da cidade, para a objetivação de um novo ciclo de acumulação subordinada.

Aliado a isso, reunimos uma literatura específica sobre o período histórico demarcado, esforços teóricos que buscaram a compreensão das manifestações da forma autocrática da dominação dos proprietários em nosso país, bem como, das resistências e lutas levadas contra o governo pró-monopolista, antipopular e antidemocrático do *capital atrofico*. Os embates entre as duas principais vertentes do bonapartismo se expressaram no binômio *desenvolvimento e segurança*. O *medicismo*, de um lado, objetivando a construção da grande potência pela aliança de crescimento econômico acelerado com terrorismo oficial e, na outra ponta, o *castelismo*, que visava a mesma edificação só que com uma espécie de democracia regulada para a consolidação do capitalismo associado.

Ao cabo da pesquisa, as pontas da *Ideologia 64* - que efetivariam um capitalismo sem desigualdades, sem antagonismos, sem confrontos, liberto da subversão e da corrupção -, transformando-se num *Brasil grande potência*, redundou num enorme fracasso. A corrupção adquirira formas renovadas, utilizando-se do próprio poder militar, e a subversão mudara de lado: a crise do "milagre econômico brasileiro", o capital como subversão do próprio capital.

Abstract

The research deals with the critique of the bonapartist ideology of the bourgeoisie autocracy turned out during the military dictatorship (1964-1985). It aims to grasp the basic nodules of the "64 Ideology" laid upon the binomial: development and security. Since its outset, along with the democratic breaking away, the bonapartism aimed to curb down the "Unionized Republic", the social progressivism with their *Reform of the Basis*, hoping that the regime will auto correct, yet without revamping the "economic model". Two bonapartist factions struggled against each other in order to win political power. The Medici dictatorship established as tenets the accelerated development based upon an "edifying violence". The "castelism" preached the formula: most possible development, with the least of security. Based on the belief that the best way to fight communism would be to eradicate underdevelopment, the rulers of the "atrophic capital" belief on building a social harmony with an associated capitalism, without social antagonisms. The "mighty power" project laid upon the over exploitation of labor and on official terrorism ended up on a tremendous failure.

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução..... | 1 |
| I - As Razões do Golpe segundo o Conservadorismo..... | 69 |
| II - A Ideologia Castelista: o binômio desenvolvimento e segurança..... | 113 |
| III- Desenvolvimento Acelerado e Máxima Segurança..... | 164 |
| IV - Desenvolvimento Possível e Segurança Mínima..... | 217 |
| V - Teoria e Práxis de Golbery do Couto e Silva..... | 268 |
| Conclusões..... | 322 |
| Fontes e Referências Bibliográficas..... | 346 |
| Apêndice: Elementos para a crítica da economia política da ditadura..... | 355 |

INTRODUÇÃO

"Do mesmo modo que não se julga o individuo pela idéia que faz de si mesmo, tampouco se pode julgar uma tal época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma".

Marx

A proposta de um estudo bastante adensado sobre a ditadura militar, desde sua implantação em 1964 até o processo de auto-reforma, em 1985, surgiu em princípios dos anos 80, pelas mãos do editor da antiga revista *Ensaio*, José Chasin, num trabalho coletivo, que abarcaria o exame do conjunto dos discursos oficiais dos generais-presidentes, de Castello Branco a João Figueiredo, passando pela crítica dos principais ideólogos do regime ditatorial, em especial, os economistas. Além disso, compreenderia também os perfis dos parlamentares mais expressivos, governadores, etc, completados com o acompanhamento sistemático dos principais jornais do país, num amplo levantamento de uma cronologia política, que formaria uma espécie de dia-a-dia da ditadura. Isto estaria amparado num levantamento bibliográfico e balanço das principais teorias elaboradas no período, particularmente a crítica da historiografia hegemônica, formada pelas teorias do populismo, da dependência, da marginalidade e do autoritarismo. Teorias que se articulavam, naquilo que o editor da *Ensaio* denominava, à época, como a "analítica paulista".

Este projeto que se impunha pela necessidade e urgência histórica - uma vez vislumbrada a mudança de forma do regime, a conversão do *bonapartismo* rumo à *institucionalização da autocracia burguesa* -, dependeria de múltiplos esforços que, infelizmente, esbarraram numa série de dificuldades. No entanto, a crítica do projeto bonapartista, o ardil do *politicismo* e a plataforma econômica, foram plasmadas, *pari passu* à sua implantação e desdobramentos nos sucessivos editoriais da revista. Os passos mais significativos do *bonapartismo* foram capturados e uma alternativa concreta de perspectiva do trabalho ao chamado "modelo econômico" foi lucidamente formulada. A oposição permanecera presa ao *politicismo burguês*, às armadilhas da situação, não mobilizando as massas a partir de um programa econômico alternativo, que destruísse as bases materiais da dominação autocrático-burguesa. A oposição agia nos limites estabelecidos pelo *politicismo*, com a disjuntiva das franquias formais com relação às condições materiais de vida, entre forma política e estrutura econômica, situação aviltante vivida por parcelas significativas da população brasileira.

Outros projetos, em seu lugar, deram seqüência. Incursionamos no campo da crítica à ideologia conservadora em nosso país. Disto resultou nossa dissertação de mestrado sobre "A Crítica Romântica da 'Miséria Brasileira': O Integralismo de Gustavo Barroso", que incorporava os resultados da crítica ao integralismo de Plínio Salgado, feita por Chasin, que, por sua vez, se contrapunha a *análise convencional*, a qual explicava o integralismo como produto mimético do referencial externo modelar: o fascismo europeu.

Da idéia anterior, restringimos o estudo ao campo dos discursos oficiais dos generais-presidentes, evitando a mera catalogação, buscando compreender os nódulos ideológicos que compõem a *Ideologia 64*, o chamado "Ideário da Revolução de 1964", suas premissas, seus dogmas, suas concepções, obviamente, no sentido dado por sua atividade prática, orientada às ações socialmente possíveis dos sujeitos coletivos reais. Estes discursos, reunidos e publicados ano após ano, geralmente apresentados de modo apologético com os balanços dos feitos, sempre confrontados com a "república sindical", ora se apresentam em sua manifestação literária - que muitas vezes são escritas por terceiros - ora na forma de improviso, para ocasiões as mais diversas. Desde uma visita à cidade natal, com o otimismo do vencedor, num congresso do "partido da Revolução", enquadrando-o, até um discurso bem estruturado num evento internacional. A ideologia da autocracia burguesa, por força de sua determinação social, é obrigada, no mais das vezes, a dar respostas e alternativas, delineando políticas gerais e específicas, desde as "negativas" - como a de prender e aniquilar a subversão, ou cassar mandatos de opositores, sindicalistas e militares, censurar e reprimir os estudantes, etc. -, às propostas "construtivas", como, por exemplo, impulsionar a economia capitalista, a infra-estrutura da sociedade, inclusive, para mostrar a sua "superioridade" com relação às reformas estruturais anunciadas pela República *democrática* de João Goulart.

Os discursos presidenciais, por sua própria natureza, devem se dirigir ao conjunto da nação, à sua *totalidade*, exprimindo, assim, estratégias, propostas e programas, que configuraram um mando de natureza *bonapartista*, armado com uma ideologia de segurança nacional, uma forma particular de acumulação monopolista subordinada ao capital estrangeiro, com uma forma específica de existência de um parlamento bipartidário, subordinado à lógica do executivo soberano, do *Estado forte*. Mais ainda: *a privatização do Estado*, a sobeja utilização exclusivista do capital atrófico nacional em sua finada missão de completude, aliada à ilusão de *civilizar* a lógica da destruição produtiva imanente ao imperialismo, sob a base de uma política econômica centrada na superexploração da força de trabalho nacional, com uma legislação cerceadora dos direitos básicos da cidadania burguesa, uma malha jurídica repressora do movimento sindical, etc.

Além da *análise imanente*¹ dos discursos dos generais-presidentes, valemo-nos também, de uma série de *memórias*, que num certo sentido são "superiores" às falas presidenciais, seja porque o distanciamento dos eventos permite uma maior concatenação dos fenômenos, a fim de realçar as positivities e mascarar as negatividades, seja porque quem narra quer passar a imagem de construtor da história, como partícipe fundamental, e às vezes desejam mesmo a purificação de suas almas, afirmando sair ilesos das máculas da ditadura, etc.

Próximo de nosso plano originário, mas sem qualquer ligação com ele, foi produzido um substancial material histórico, recolhido pelos pesquisadores do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Iniciado em 1991, com depoimentos de 17 militares, publicou-se esse conjunto de "memórias militares", em três volumes, cada qual acompanhado de uma introdução esclarecedora, uma cronologia política, afora os depoimentos, dando conta,

precisamente, dos anos de preparação do golpe, cruzando os "Anos de Chumbo", até alcançar o "processo de abertura política", com a "Volta aos Quartéis", em 1985. Na seqüência, certamente um dos mais significativos destes trabalhos, a historiadora Maria Celina D'Araujo e o pesquisador Celso Castro, do CPDOC, recolocam formidavelmente uma série de questões, extraindo com inteligência e sem agressões, depoimentos valiosos do general "prussiano", Ernesto Geisel. Frise-se: somente alguém *de dentro* do sistema de poder poderia revelar informações intestinas acerca de momentos cruciais desse largo período da história brasileira. Geisel se manifesta como um estadista que esteve colado aos principais fatos da história política de nosso país, mas que fala, também, das visões, dos bastidores, dos embates e intrigas no seio do próprio *bonapartismo*.

Outro livro de memórias, também relevante, é o do economista Roberto Campos, *A Lanterna na Popa*, editado em 1994. É uma verdadeira colagem de seus vários livros sobre a economia brasileira, artigos e reflexões que nos dão elementos importantes para cobrir concepções e fatos históricos. Esclarecedor das posições das vertentes, o livro do *durista* general Jayme Portella, com mil páginas laudatórias à figura do "tio velho", da direita, é claro, o general Costa e Silva. Surpreende a rusticidade das colocações, que, porém, revelam-nos as situações, os posicionamentos, as articulações dos dois grandes blocos do bonapartismo: a linha "castelista", o grupo da "sorbonne", e a linha "costista", o grupo dos "radicais". Seguem-se outras, como a do "híbrido fértil", modo de se apresentar sob as vestes de cordeiro, o coronel Jarbas Passarinho, que se mostra sempre *acima* das atrocidades e desumanidades do regime, assim como outras figuras menores, mas que nos servem como fonte para a reconstituição de certos acontecimentos ou confronto de posições.

No quadro da produção acadêmica, vários estudos se debruçaram mais especificamente sobre a função da ideologia dominante nesse período. Talvez o trabalho mais significativo seja o da professora Maria de Lourdes Covre intitulado *A Fala dos Homens* (1983), onde examina os discursos dos economistas e políticos, mais ou menos até 1981, numa rica análise que configura a tecnocracia como *intelectuais orgânicos* das classes dominantes. Em outro fecundo trabalho sobre o período investigado, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de autoria de Helena Moreira Alves, vamos encontrar a crítica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, depositada nos manuais da Escola Superior de Guerra e nos escritos de Golbery do Couto e Silva, doutrina que enforma o pensamento dos "sorbonistas". As reflexões de Selma Rocha sobre a evolução do pensamento da ESG também fornecem elementos importantes, mostrando em minúcias como a doutrina vai se configurando e sendo incorporada às estruturas jurídico-políticas do poder autocrático-burguês.

Outro marco na historiografia brasileira é a obra de René Dreifuss, que se debruçou sobre a preparação, por parte dos empresários, de dispositivos e organizações, tais como o IPES e o IBAD, articulados com oficiais expressivos, tais como Golbery do Couto e Silva, mais os economistas, na cabeça, o astuto Roberto Campos. Segundo Dreifuss, "O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco do poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente

organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo IPES, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo em que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. Em suma, o IPES representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco." (Dreifuss, 1981:488)

Outra fonte indiscutível, são os trabalhos de jornalistas consagrados. O mais brilhante deles, Carlos Castello Branco, o *Castelinho*, que escreveu, a partir de suas notas e pequenos ensaios para a "Coluna do Castello", no *Jornal do Brasil*, uma narrativa histórica do dia-a-dia da ditadura militar. *Os Militares no Poder*, em três volumes, registram seus comentários políticos, que lhe valeram vários desafetos, inclusive do general Golbery, iniciados a 4 de abril de 1964 e completados com o primeiro ano da ditadura Médici, questionando a necessidade do arbítrio e a validade do AI -5, a 31 de dezembro de 1970. Outro arguto crítico dos governos militares, Carlos Chagas, atual comentarista político da televisão *Manchete* - em que pese ter servido ao segundo governo, cujo nome foi imposto pela "linha dura", atuando como secretário de imprensa do regime -, mostra virtuoso senso crítico, denunciando, corajosamente, todas as artimanhas e atitudes despudoradas dos donos do poder, com a vantagem de, estando nos bastidores, provar com documentos a *Guerra das Estrelas*.

Num pequeno, mas precioso livro de combate, *O Pingo de Azeite*, a historiadora Paula Beiguelman, se contrapõe às palavras do senador Jarbas Passarinho, ministro da Educação do governo Médici, transcritas no jornal *O Globo* em 2 de dezembro de 1970, para quem não haveria terrorismo de Estado, uma vez que "Não seria verdadeiro supor que não há tortura no Brasil, mas afirmar que esta é praticada como sistema de governo é uma infâmia". Contrapõe-se e avança mais: numa desmistificação do "sistema de poder", Beiguelman denuncia o treinamento antiguerrilha feito pelas Forças Armadas na Amazônia, em abril de 1968, com a utilização de bombas de *napalm*, cujo manual afirmava estar "preparando o militar brasileiro para a contra-guerrilha, em qualquer terreno em que ela se ofereça", e destacando que:

"As Forças Armadas assumiam, portanto, a doutrina da 'agressão interna' que a Escola Superior de Guerra lhes inculcara, definindo como tarefa precípua a luta contra o próprio povo. Cumpria, antes de mais nada, defender a segurança nacional, escudo pelo qual também se achavam evidentemente protegidos, e até de maneira privilegiada, os investimentos estrangeiros aqui estabelecidos - Hanna, Alcoa, Bethlehem, United Steel, ITT, GE, GM, Chase Manhattan e assim por diante.

A doutrina militar até então vigente estabelecera que o inimigo era provável e externo. Agora, pela que fora desenvolvida no contexto da guerra fria, o inimigo se tornava

permanente e situado no plano interno: inimigos eram os próprios brasileiros que, não aceitando, passavam a ser considerados 'subversivos'.

Mesmo do ponto de vista estritamente militar, essa reformulação violenta de doutrina acarretava conseqüências graves, que se refletiam na estrutura e organização das Forças Armadas... Assim, a doutrina tradicional, referente a inimigo provável e externo, levava a almejar organização avançada e armamento sofisticado. Já para operar policial e repressivamente, tal sofisticação deixava de ser necessária, visto o aparelhamento adequado ser o leve, de fácil transporte e remunciação rápida". (Beiguelman, 1991: 170)

Os discursos presidenciais se, de um lado, apontam o que pretendem realizar em se tratando de questões políticas nacionais, de outro, tergiversaram sobre os casos de terrorismo oficial. Em 1985, a Arquidiocese de São Paulo registrou todas as formas de barbarismo e atrocidades praticadas pela ditadura militar, desmontando todo o sistema repressivo, com suas práticas de tortura em crianças, mulheres, gestantes; com a utilização dos métodos mais cruéis que se possa imaginar; com a utilização da farsa no domínio do Direito e sob uma arquitetura que deixou marcas indeléveis na memória do povo brasileiro. Rebatiam-se, com coragem e dignidade, as violações dos direitos humanos: "Primeiramente, porque a tortura é o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana. Tradicionalmente se argumentou - tanto os antigos gregos e romanos com relação aos escravos, quanto a Igreja medieval com relação aos assim chamados hereges - que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais. A lógica disso é o fenômeno do nosso tempo em que as pessoas desaparecem como se jamais tivessem existido. (...) Em segundo lugar, se os torturadores são agentes conscientes desse ato degradante, deve haver motivos supervenientes que os levam a agir dessa forma com outras pessoas. Invariavelmente, o motivo é obediência a algum tirano, ou em nome da segurança nacional... Na busca de desenvolvimento econômico rápido, o regime militar assumiu poderes excepcionais e suprimiu os direitos constitucionais dos cidadãos". (Potter *apud* BNM, 1985: 17)

As conseqüências dos atos bárbaros e arbitrários se misturaram à violência caseira do cotidiano: a prática cotidiana da tortura - comum nas cadeias brasileiras - torna-se, com os esquadrões da morte, com os aparelhos do Estado, uma *prática institucionalizada*. Um tipo de prática de extorsão, de ascensão social rápida, de enriquecimento ilícito nos meios policiais, de prostituição e jogatinas à luz do dia, vão se juntar à prática suja e indigna dos empresários no financiamento da repressão oficial. A FIESP, liderada por um tal de Theobaldo de Nigris e seus acólitos, financiaram - sem nenhum peso na consciência - a repressão ao "inimigo interno" com requintes de crueldade. O capital põe-se a serviço da brutalidade e das práticas de tortura, do desaparecimento, do aniquilamento, da humilhação, em suma, práticas de uma burguesia vil, covarde e indigna. Marcas a ferro e fogo de uma burguesia que não pode expressar a universalidade do civilismo burguês. É

de conformação hiper-tardia. A associação ao capital estrangeiro, face à apropriação dual da mais-valia, a mantém numa posição inferior como parte de sua natureza *atrófica*, potencializando a reprodução do *arcaico* na processualidade de sua *modernização excludente*.

Está claro, portanto, que, dentre as particularidades da violência policial e militar da autocracia burguesa do pós-64, destaca-se o envolvimento direto das Forças Armadas, perfazendo-se, assim, um *Estado clandestino*. Haja vista que "Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica". (D'Araujo *et al.*, 1994b: 10)

O sistema repressivo foi montado com muita presteza pelo regime militar. Assim, em junho de 1964, Golbery do Couto e Silva fazia germinar o Serviço Nacional de Informações (SNI), que servia ao poder na tarefa de detectar os focos de subversão, mas também traduzir informações no âmbito empresarial. "Tendo como cliente principal o presidente da República, o SNI expandiu suas atividades, ultrapassando os limites da área de informações e de operações. Tornou-se um gerenciador de atividades políticas e empresariais. O gigantismo e a ação diversificada, e até mesmo descontrolada, desse órgão levou seu mentor, Golbery, a declarar, anos mais tarde, que havia criado 'um monstro'". (D'Araujo *et al.*, 1994b: 14)

Ainda que sofrendo ponderações de Castelo Branco, uma vez que a "Operação Limpeza" deveria ter uma duração limitada, a institucionalização da violência foi ganhando força com os governos empalmados pela *linha dura*. Desde o governo Costa e Silva, desenvolveu-se o Centro de Informações do Exército - CIE, órgão atrelado ao ministro do Exército, como dispositivo de um sofisticado sistema repressivo, para se colocar atentamente à movimentação da esquerda. Segundo os pesquisadores do CPDOC, extraído sua análise dos próprios entrevistados, não havia superposições de competências, uma vez que "O CIE, agindo com autonomia frente aos demais órgãos de informações existentes e com quadros próprios, propiciaria uma informação rápida ao ministro, seu cliente preferencial, e permitiria, em decorrência, rapidez na decisão e na execução da mesma. Tratava-se, portanto, de uma inovação dentro da corporação que implicou muitas vezes ignorar a cadeia de comando preexistente. Por outro lado, e isso é o mais importante, possibilitou que nos anos duros da repressão a instituição como um todo não fosse diretamente envolvida com os tipos de decisão e de ação a serem empreendidos". (D'Araujo *et al.*, 1994b: 15)

Por esta engrenagem monstruosa e seus resultados, é legítimo se perguntar sobre a responsabilidade da *guerra suja*. Os crimes cometidos são, independentemente dos espaços nacionais onde foram praticados, crimes *lesa* humanidade. Assim como ocorreu com as Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, que mantêm a memória sempre viva, não para repor perdas do passado, mas porque representam a continuidade da luta pela "memória do futuro", em nosso país, as responsabilidades pelos desaparecidos, crimes, seqüestros, torturas ficaram novamente impunes. A impunidade é a nossa marca

registrada. Reconhece-se que houve abusos e atos arbitrários; no entanto, extinta a máquina, com ela desapareceram os agentes da repressão, e com eles, os seus atos e inspiradores. Na Argentina, marcada pela repressão generalizada nos anos 1976-1982, sabe-se, por exemplo, da participação direta do general Videla e consortes, com seus informes acerca da repressão e adoção dos filhos das mães assassinadas e desaparecidas. Estima-se num saldo de 30.000 o número de mortos e desaparecidos produzido pela *guerra suja*, na Argentina. No Chile de Pinochet, de 3.000 a 4.000, com os perversos prazeres inscritos nas ordens do próprio chefe da conspiração de 11 de setembro de 1973, para degolar, mutilar, seviciar, antes de matar, os principais artistas populares e líderes de esquerda, assim como, assassinar opositores mesmo em território estrangeiro.

No Brasil, se o oficialato atribuiu a quebra da hierarquia e da disciplina militar ao próprio presidente João Goulart, como ato irresponsável e ignominioso, passível de punição, a mesma questão se repõe. "Isto é, o chefe é sempre responsável, e se sabe de irregularidades e não toma providências, é conivente. Mais do que isso: se não sabe o que se passa em sua unidade é também conivente por omissão e falta de responsabilidade". Porque "A versão oficial diz que a tortura jamais resultou de ordem ou orientação dos chefes. Mas, se isso é dito, aliás com ênfase por alguns, também é confirmada pelos próprios depoentes a ocorrência de abusos ou 'excessos'." Ou ainda: "'essas coisas' fazem parte de qualquer guerra; na guerra, nem tudo pode ser controlado. Reforçando esta perspectiva, a tortura é, às vezes, banalizada como mais uma das várias iniciativas que tiveram de ser implementadas - 'ossos do ofício'." (D'Araujo *et al.*, 1994b: 23)

Os princípios fundamentais do "ideário da revolução", o duplo combate à subversão e à corrupção, porém, revelaram-se estreitos. Uma "revolução" que se propunha, num prazo curto, moralizar o país, restaurar a democracia, sanear as finanças e dar a estabilidade política necessária para os créditos estrangeiros migrarem para nosso país, acabou por se cristalizar numa forma *bonapartista* da dominação do *capital atrofico*, em mais de vinte anos. *Restauração* que entrou no compasso de espera. Foi o líder de extrema-direita, Carlos Lacerda - indignado diante dos rumos em direção à "uma ditadura que veio para ficar", nos quais não mais podia influir -, quem predisse a sua longevidade, que a ditadura tinha se transformado numa "quartelada", numa "revolução sem povo", desorientado agora por não mais vislumbrar o poder político em suas mãos. Isso porque ele próprio havia solicitado a intervenção dos militares para, como supunha, acabar com a desordem e anarquia e, com isso, estabelecer provisoriamente um "regime de exceção". A *restauração* das eleições presidenciais seria sua oportunidade de ouro para atingir a presidência.

O jornalista *Castelinho*, como era conhecido pelos íntimos, registrara corretamente numa passagem a crença na *transitoriedade* da ditadura sob Castello Branco: "Ainda não é hora de julgar o Presidente Castello Branco, de cujo governo brotaria não a democracia estável e moderna que pretendeu elaborar, mas uma sucessão de governos militares, que lhe reformaram a Constituição e a anularam mediante o recurso, imposto inicialmente a ele próprio, de considerar inesgotável o poder constituinte que se atribuíram os chefes militares a partir do momento em que o primeiro Presidente cedeu à pressão para

prorrogar o seu mandato e para outorgar um Ato n.º 2, quando não havia um Ato n.º 1, mas apenas um Ato". (Branco, 1977:1)

Na verdade, este Ato Institucional fundante, ainda sem numeração, datado de 9 de abril de 1964, tendo como artífice principal o velho Francisco Campos, deixava claro que "A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte". Buscando evitar os termos que sempre utilizou para os subversivos, como golpistas, conspiradores, oportunistas, agora se pretende um "autêntico" poder constituinte, não por um processo democrático, mas pela via das armas: "Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte de que o Povo é o único titular".

Contudo, como recordava a eminência parda do *costismo*, o general Portella de Mello, nas multidões que apoiaram a "revolução vitoriosa" chama a atenção a ausência de um segmento social: os trabalhadores. Aliás, diga-se de passagem, este general da *linha dura*, tem toda razão quando assinalava que a "Revolução de 1964" tinha seus antecedentes dez anos atrás. Refere-se aos episódios que levaram ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, que foi, na realidade, um ato de extrema grandeza: a denúncia do golpe, que se armava, feita com a supressão de sua própria vida. Num certo sentido, as disputas intestinas travadas entre a corrente nacionalista e a dos antigetulistas se recolocaram com vigor no golpe de 1964. O historiador Nelson Werneck Sodré, pontuando os significados dos sucessivos golpes em nosso país, detectava: "O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas. Desde que Getúlio Vargas esposou a tese do monopólio estatal do petróleo, mobilizando a opinião pública para forjar a Eletrobrás, e tomou providências no sentido de prover o Estado brasileiro de órgãos capazes de intervir na estrutura econômica de forma progressista, foi condenado pelas estruturas reacionárias, deposto e levado ao suicídio em agosto de 1954". (Sodré *apud* Toledo, 1997: 104)

O poder autocrático-burguês baseava-se, assim, numa ação providencial, de função saneadora, que poderia deter o controle das formas de sociabilidade pelo alto. A autoridade das armas daria as balizas para a regência do capital e da história. O meio de solapar a ameaça do comunismo era transitar aceleradamente da forma subdesenvolvida para um capitalismo desenvolvido. A antiga crença das classes dominantes, de que com a miséria social os comunistas poderiam manipular as massas, infiltrando-se no seio delas e contrariando a índole nacional, regada à moderação, manifesta-se revigorada no calor e tragicidade da *guerra fria*, com uma novidade: o "getulismo de massa" também se converte em *inimigo interno*. Com a criação do conceito de segurança nacional, pela reformulação do conceito de defesa nacional, a *pátria armada* implicará a preparação permanente de quadros militares e civis, tendo em vista a possibilidade de subversão interna da ordem, com apoio popular. Assim como o peronismo na Argentina e o allendismo no Chile, os portadores de uma plataforma econômica de estatuto popular e

nacional converteram-se, em nosso país, numa ameaça à reorganização da estrutura econômica atrelada aos desígnios do grande capital internacional e seus parceiros nativos.

Há que ter claro, também, a visão *aristocrática* da *ideologia 64*, uma vez que, pelo desprezo do povo em sua capacidade política na constituição nacional, somente uma intelectualidade portadora da nova *doutrina* e da plena inteligência dos dilemas do mundo contemporâneo podia assegurar o controle da história. Os novos demiurgos do capital atrofico acreditaram na possibilidade de um capitalismo sem contradições, bastando para tal, a desagregação permanente dos movimentos populares. O general Golbery do Couto e Silva, não deixou margem para dúvida: "Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o Estado". (*Apud O Estado de São Paulo*, 6 de agosto de 1976) Sendo assim, caberia às elites dirigentes a missão de resolver as contradições e impasses da realidade nacional.

Num trecho de seu discurso, proferido a 2 de outubro de 1969, na IX Conferência dos Exércitos Americanos, Fort Bragg, o general Breno Borges Fortes delinea os contornos da ação militar nas contradições de sociedades como a brasileira, não só o combate à miséria extrema, mas aos "inimigos internos": "É muito claro o papel dos Exércitos de nações desenvolvidas, de estruturas políticas sedimentadas, de interesses projetados sobre o mapa do mundo, de ameaças vindas de fora. Seu dever é a guerra externa, é preparar-se para ela, para proteger aqueles interesses onde quer que eles se encontrem... Bem diverso é o quadro de uma nação subdesenvolvida, empenhada no processo de desenvolvimento e necessitando vencer as maiores *contradições internas*.." (Fortes *apud* Coelho, 1976: 7)

E se levarmos em conta as normas estabelecidas pela "legalidade revolucionária", que incrimina qualquer brasileiro nos quadros da concepção do "inimigo interno", não restará dúvida alguma acerca do conteúdo da repressão oficial. Como reza o preâmbulo do Ato Institucional n.º 14, de 5 de setembro de 1969:

"Considerando que atos de Guerra Psicológica Adversa e de Guerra Revolucionária ou Subversiva que, atualmente, perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranqüilidade e agitação devem merecer a mais severa repressão;

Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da Guerra Psicológica Adversa ou da Guerra Revolucionária ou Subversiva;

Considerando que aqueles atos atingem, mais profundamente, a Segurança Nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e o desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional".

Como apontou Paula Beiguelman, com este novo ato se modificava o artigo 150 da Carta de 1967, que versava em seu parágrafo 11: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento nem de confisco. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa"; o mesmo parágrafo 11 passava a ser regido doravante pelo artigo 1.º do AI-14, segundo o qual "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar". (Apud Beiguelman, 1991:131)

Nosso estudo, portanto, pretende se concentrar na especificidade do binômio nuclear da *ideologia 64*, "desenvolvimento e segurança", vale dizer, não separa o que se apresenta concretamente unido, a política econômica e a forma bonapartista de dominação dos proprietários. Daí a importância da crítica centrada na montagem e desenvolvimento da forma particular da acumulação *subordinada* e a sua estratégia política - sempre tencionada - do *aprimoramento* das instituições políticas.

Os nódulos ideológicos dos discursos oficiais circunscrevem-se na apologização do sistema do capital, na identificação das Forças Armadas com as necessidades da população brasileira, com a valorização do homem brasileiro, na busca da diminuição das desigualdades regionais, superando a miséria e o subdesenvolvimento econômico. Na visão conservadora do mundo, "*O brasileiro é de centro*". Esta simples afirmação golberiana traduz a concepção do *castelismo*, de que o homem brasileiro é um ser social ligado à moderação e ao equilíbrio. Há que afastar, portanto, as posições polares: a extrema-esquerda e a extrema-direita. Só assim, com a tutela militar, com a "limpeza" dos elementos subversivos e corruptos, a sociedade brasileira se desenvolveria em todas as suas esferas: militar, econômica, política e psicossocial. O programa castelista deixava clara uma linha básica: abrir a esfera política para possíveis "aperfeiçoamentos" das suas instituições, mantendo, contudo, intocável a sua plataforma econômica. A nossa soberania nacional, de modo contraditório, só poderá ser viabilizada com o aprofundamento de sua inserção no capitalismo internacional, sob a hegemonia da potência norte-americana. Os gestores do capital atrofico têm clareza acerca dos limites de nossa classe dos proprietários; no entanto, tomam-na por seus interesses mesquinhos de enriquecimento ligeiro.

A progressão econômica do capitalismo brasileiro deixou a nossa burguesia numa situação de subordinação estrutural aos desígnios do capital financeiro internacional, potência que controla os setores dinâmicos, *de ponta*, da acumulação monopolista. Partilha de posição, que se agravará com esta progressão: "A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava ocupado por outro ator, união de classes, não-cordial. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira". (Oliveira *apud* Toledo, 1997: 26)

Desde sua gênese, nossa classe de proprietários é subalterna aos interesses metropolitanos. A subordinação estrutural de nossa burguesia é aprofundada com os favores da abertura dos nossos portos aos capitais amigos desde o governo Kubitschek, propiciando uma abertura sem precedentes para os capitais estrangeiros, e com uma *apropriação dual* do excedente econômico, com base na *superexploração* da força de trabalho nacional, agravando a *atrofia estrutural* do capital nacional: a reprodução ampliada do historicamente velho. Na visão caiopradiana,

"Paralelamente e ligada a essa política de favorecimento dos interesses imperialistas, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios (para o que funcionava o Banco de Desenvolvimento Econômico, dirigido pelo mais puro expoente da economia capitalista, Roberto Campos, e que, reunindo capitais arrancados através de empréstimos forçados do conjunto dos contribuintes brasileiros, o adicional do imposto de renda, dele se servia para financiar as grandes empresas), seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas. *Entreguismos* e *inflação* em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Kubitschek, sem contar as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do Estado e da Nação, como em particular no caso da construção de Brasília. E foi isso que levou, de um lado, ao total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, e doutro, à redobrada exploração do trabalho pelo capital (que é a consequência mais direta e imediata da inflação), e à decorrente concentração e acumulação capitalistas em proporções jamais vistas no Brasil. Nunca se enriqueceu tanto no Brasil como nestes '50 anos de desenvolvimento em 5' do governo Kubitschek, como também se empobreceu tanto e tão rapidamente. O que, disfarçado pela euforia inflacionária e especulativa desses últimos anos, começa agora a se fazer sentir bem claramente". (Prado Jr., 1977: 25-26)

Segundo Covre, "É após 1964, com a tomada do Estado pelo 'partido' orgânico do grande capital que penetramos de vez no contexto do capitalismo monopolista, e quando, também, da perspectiva da ideologia dominante, começamos a trilhar os primeiros passos mais decisivos para o 'capitalismo social', com objetivo de alçar a 'democracia social' do projeto golberiano para citar uma indicação. É o momento em que redefinimos melhor nossa relação no âmbito internacional e nos inserimos com mais um *elo* das relações imperialistas conforme o 'pacto de interdependência', e que, da perspectiva ideológica, nos projetamos como 'grande potência' dentre essas relações do 'mundo livre'". (Covre, 1983:46-47)

E óbvio que aqui não se trata de reinventar o nosso passado e sim de, ao reproduzir suas determinações essenciais, compreender a lógica do capitalismo brasileiro e as ilusões socialmente necessárias que lançaram *os gestores do capital atrofico*, os "novos demiurgos", numa verdadeira operação de guerra, traçando estratégias, a fim de aniquilar as forças "inimigas" - sindicalistas, operários, estudantes, parlamentares, opositores em geral - e propiciar um novo ciclo de acumulação associada, dessa forma, controlar a própria história.

Os conspiradores de 1964 apresentaram-se como portadores de uma autêntica revolução. Tal como em nossa história pregressa, a "revolução" não atenta a ordem do capital, mas surge como uma "renovação conservadora", uma "revolução regeneradora", para acelerar o desenvolvimento capitalista. Dada a ameaça da "república sindical", porta de entrada para o comunismo internacional, e da incapacidade do povo brasileiro, particularmente dos proprietários, as Forças Armadas se apresentam para mais uma intervenção em nome da restauração da ordem e do equilíbrio social, porém, agora com uma base ideológica necessária à *guerra fria*: a doutrina de segurança nacional.

Para o pensamento de extração marxista, o termo *revolução* não contém as ambigüidades apresentadas no *ideário 64*, construído no *sentido de conservação* das estruturas essenciais do capitalismo, de preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e do pensamento cristão. Trata-se, aqui, de impulsionar e promover a consolidação do capitalismo, como a melhor forma de combater o comunismo. Ao mesmo tempo, que se tem em vista que a superação do atraso teria de passar por uma longa transição, dada a herança histórica do nosso subdesenvolvimento. Nessa longa empreitada, as subversões florescem. O nosso "partido da ordem" acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria, segundo o bonapartismo, a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como, propiciando a formação de uma indústria bélica, para a *segurança nacional*.

No quadro de um autêntico processo revolucionário, que abalou um conjunto de países, em 1848, Marx assinalou que "Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem*, contra a classe proletária, considerada como *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Tinham 'salvado' a sociedade dos *'inimigos da sociedade'*. Tinham dado como senhas a seu exercício as palavras de ordem da velha sociedade - 'propriedade, família, religião, ordem' - e proclamado aos cruzados da contra-revolução: 'Sob este signo vencerás!' A partir desse instante, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: 'Propriedade, família, religião, ordem'. A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um 'atentado à sociedade' e estigmatizada como 'socialismo'." (Marx, 1974: 341-2)

"Sob este signo vencerás!" Restava, pois, para consumir a farsa, que a ralé da sociedade burguesa se constituísse na "sagrada falange da ordem". Basta pouco esforço para lembrar que, ao lema "Reforma agrária! É na lei ou na marra!", considerado obra de comunistas, os falangianos gritam: "Querem acabar com a propriedade!" Conclamam as classes médias para marcharem juntas - com Deus, a Pátria, a Propriedade - pela conservação da ordem.

Soa, dessa forma, demasiado trágico saber *quem* são os sujeitos da conspiração de 1964, *como* exercem o poder e *quais* interesses eles, na verdade, representam. Ademar de

Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Castello Branco, Odylio Denys, Costa e Silva, Ernesto Geisel, Carlos Luis Guedes, Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva, Portella de Mello, Olympio Mourão Filho e tantos outros, são considerados "revolucionários de primeira hora"; e, no entanto, detectando suas determinações concretas, não é difícil ver nestas grotescas figuras sua clara posição social e identificação com as classes dominantes e, no espectro político, com as forças conservadoras.

Brizola tem inteira razão quando divisa dois grandes momentos no processo conspiratório e de consolidação do poder monopolista. "Ocorreram dois golpes. O primeiro golpe foi um golpe típico latino-americano de algumas forças civis apoiando um movimento militar que surgiu em Minas Gerais ... Agora, no curso daquele golpe, deu-se um outro, por dentro. Este foi o que ficou. E acabou expelindo todos os personagens, civis e militares, que participaram do primeiro". (Brizola *apud* Starling, 1986: 311-312)

Num dos grupos, com destaque para os governadores na eclosão do movimento, supunham que, depois de um breve período de intervenção militar, passariam a ter a condução do poder político; porém, rapidamente, foram descartados. Triste sina reservada aos pretendentes à cumeieira do Estado: Magalhães Pinto, que mais tarde passará a aglutinar dissidências militares; Juscelino Kubitschek, que buscará a composição de uma ampla frente oposicionista; e Carlos Lacerda, a maior expressão política da direita, que tresloucado passará a denunciar o movimento conspiratório de que participou como uma "nova quartelada". O outro, o bloco dos militares, o grupo vitorioso, que no andamento da carruagem, também, vai apresentar uma luta de foice em quarto escuro.

A fim de justificar os seus atos arbitrários, que rompiam com a ordem democrática, a *ideologia 64* se reveste de termos que, em verdade, estão em oposição ao significado onto-histórico, da posição marxiana, desde que se tenha em mira o objetivo da emancipação humana e da revolução contra o Estado e o capital. Por este motivo, "Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1.º de abril de 1964 se enfeitou do nome de 'revolução'. E que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira". (Prado Jr., 1977: 22)

Segundo Caio Prado Jr., na acepção marxista, o significado histórico-concreto do termo é preciso: "'Revolução', em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem às necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e

política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente há de entender por 'revolução'". (Prado Jr., 1977:11-12)

Para a crítica caiopradiana, no que concerne às ilusões dos comunistas do pré-64, está nítido que não se entreabria uma situação *revolucionária*, segundo a qual a cisão no tope do poder corresponderia uma ampla movimentação espontânea de massas dirigida por uma vanguarda revolucionária, o *partidão*, que aprofundaria a fenda no poder das classes dominantes e cruzaria para uma quebra da hegemonia dos proprietários. "Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças de reação. Isso porque deu a essas forças a justificativa de que necessitavam - o alarma provocado pela desordem administrativa, implantada à sombra da inépcia governamental, aproveitada e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses à reação para encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto de salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe". (Prado Jr., 1977: 23)

Numa batalha travada no interior do próprio partido, Caio Prado Jr. desmistifica as ilusões prestistas, de que nunca o partido estivera tão influente e organizado, e anuncia com veemência o golpe às escâncaras. O porta-voz de uma minoria no interior do Partido Comunista reconhece a positividade da movimentação de massas e os conteúdos significativos das reformas estruturais, ao mesmo tempo em que denuncia as conseqüências práticas nefastas do dogmatismo estalinista: "Contudo apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo revolucionário. Ou, pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1.º de abril". (Prado Jr., 1977:22-23)

Caio Prado Jr. reclama, com justeza, a ausência de um corpo teórico revolucionário para que a esquerda compreendesse o terreno minado em que atuava e sua plataforma completamente descolada da particularidade histórica brasileira: "Realmente, na ausência de tal teoria, e incapacitadas por isso de conduzirem, na complexidade dos fatos reais que não se ajustam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias". (Prado Jr., 1977: 23-24)

Florestan Fernandes também não deixou margens à dúvida, ao se referir ao golpe de estado de 1964, em sua análise complexa: "Se um golpe de Estado é descrito como 'revolução', isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do

golpe de Estado estariam servindo à Nação como um todo (e não privando a Nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoísticos e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma, o golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava *redentora*, mas, na realidade, o 'império da lei' abolia o direito e implantava a 'força das baionetas': não há mais aparências de anarquia, porque a sociedade deixava de secretar suas energias democráticas). (...) A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)." (Fernandes, 1981: 8-10)

Todavia, o que importa registrar é que estávamos bem longe de um processo social que emergia de uma *situação revolucionária*, tal como foi examinada por Lenin, a partir da realidade europeia. Em nossa circunstância histórica, a ameaça que se divisava, concretamente, eram as conseqüências práticas das Reformas de base, caso se efetivassem, recolocando para as facções das Forças Armadas um velho dilema: o varguismo democrático de massas *versus* o antivarguismo. Ou seja, reformas estruturais com base no estatuto popular e nacional, que se entrechocavam com os desígnios do imperialismo, na visão conservadora, o Brasil daria entrada para uma possível *república popular*, porta aberta para uma nova Cuba, na América Latina. Reformas anunciadas pelo próprio executivo, com forte apoio sindical e popular, porém, sem um enraizamento orgânico para o enfrentamento direto no interior das lutas de classe.

Registre-se, nesse passo, a explicitação da natureza *bonapartista* da dominação de nossos proprietários instaurada a partir do golpe de Estado de 1964. Esta forma da dominação autocrático-burguesa constituiu-se num domínio exercido *de modo indireto* pelo conjunto da burguesia, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário. Esta estrutura de poder burguês montada sob um executivo absolutizado, forte, ditatorial, foram capturadas por Marx e Engels em suas análises históricas do poder imperial de Napoleão III e de Bismarck no período guilhermino, no século passado.

Marx fez severas críticas à condução bonapartista do poder imperial ao determinar a sua prática impiedosa, tal como uma "máquina de guerra nacional contra o trabalho", haja vista que "Na sua ininterrupta cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão continuamente acrescidos mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar - a Assembléia Nacional - de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo". Declarando-se a favor de todas as classes sociais, porém, mantendo a supremacia do capital sobre o trabalho, em nome da quimera da glória nacional. "Na realidade", continua Marx, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era

contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante". (Marx, 1984: 64-65)

Em suas reflexões ontológicas, Marx apontava para esse poder indireto da dominação burguesa que atua no sentido de desmanchar as formas democráticas, pelas quais as classes sociais fazem valer os seus interesses antagônicos. Com isso, "Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores". Mais ainda, essa força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil, pode ser considerada como a "última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros". "(...) a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores". Em suma, "(...) é uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu". (Marx *apud* Galvão, 1984: 123)

Está claro que é preciso acima de tudo diferenciar as circunstâncias e especificidades históricas do bonapartismo *clássico* com relação ao bonapartismo brasileiro, forma *particular* identificada ao regime militar. A figura de um aventureiro e oportunista no poder como segundo império francês, ou a presença marcante de um estadista do porte de Bismarck, certamente, inexistem na realidade brasileira. Há que atentar que não se trata de uma colagem histórica, mero recurso analógico de empréstimo de figuras. Trata-se de, nas palavras de Marx, *compreender a lógica específica de um objeto específico*. Como acentua Francisco de Oliveira: "aí Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no Estado. Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que eram formados pelas antigas relações entre o tripé das forças produtivas e as classes sociais dominadas. A história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas. Esta nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente". (Oliveira, 1977: 120)

Trata-se, pois, em nosso caso, de uma recomposição das frações das classes dominantes a fim de desarmarem a movimentação das massas populares, em especial, a repressão ao movimento operário-sindical, a fim de consumir um novo ciclo de acumulação capitalista, obstada precisamente pela "República sindical" de João Goulart. Nos termos de Antunes: "Em 64 houve um rearranjo no bloco de poder que articulou vários setores dominantes,

desde aqueles vinculados ao campo, até os industriais, financeiros, etc., tendo como núcleo predominante os interesses dos monopólios e das finanças internacionais. Recorreu-se, então, a uma *forma bonapartista de poder*, dada pela presença dos militares à frente do Estado, o que fez com que, livres das preocupações políticas, aqueles setores dominantes alcançassem um intenso desenvolvimento". (Antunes, 1985:34)

Engels fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês ao escrever que "o *bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna*". Na continuidade ele acrescenta: "Vejo cada vez mais que a burguesia não foi feita para reinar diretamente; por conseqüência ... uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal; ela tem nas suas mãos ... os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação". (Engels *apud* Antunes, 1985: 116)

Engendra-se, assim, uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capitalismo. Em Marx, muito pelo contrário, não encontraremos a idéia de que o bonapartismo surge quando se abre um vácuo de poder, como assegura a *analítica paulista*. Marx sinaliza como esse polvo gigantesco "abarca como uma rede o corpo da sociedade e tapa todos os seus poros". Nessa linha, Carlos Estevan Martins tenta apanhar a especificidade: "Contudo, o que distingue o fenômeno bonapartista não é o fato de o Estado ter sido dotado de uma maior ou menor capacidade superordenadora da sociedade. Isso não é fundamental. O que é típico das situações bonapartistas é que a capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica, em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes, esfumando-se assim o peso político diretamente aplicado pelo bloco no poder ou pelas coalizões em luta pela predominância política". (Martins, 1977: 193)

Na história brasileira, a entificação do capitalismo não se verificou por um amplo processo democrático de massas. A via colonial desconheceu processos instauradores que conformaram um regime democrático-burguês consolidado. Ao contrário, na particularidade brasileira, nasce uma burguesia cuja potência auto-reprodutiva do capital é extremamente limitada, não possuindo uma dinâmica própria que pudesse efetivamente representar os interesses das demais categorias sociais. É graças à esta determinação histórica, à sua *incompletude de classe do capital*, que se constitui o *capital atrofico*, com suas características particularista e exclusivista: "Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é, sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim chamada *evolução nacional*". (Chasin, 1989: 49)

O *ardil do politicismo* surge, assim, como uma arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado. Mecanismo que lhe permite manipular as consciências oposicionistas, debilidade estrutural e força política que lhe aumenta:

"Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e ao 'aperfeiçoamento'. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado". (Chasin, 1982: 8)

Há que examinar que o poder do capital atrofico em nossa formação oscilou entre duas formas de uma mesma dominação. José Chasin foi mais longe ainda ao examinar, ao longo de nossa história republicana, a processualidade da dominação burguesa: "Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade de hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em 'tempos de paz', o *bonapartismo* é sua forma em 'tempos de guerra'. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial*, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre *diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada*, como toda a nossa história republicana evidencia". (Chasin, 1982: 11. Grifos nossos)

Da mesma forma, Carlos Estevan Martins detecta esse traço universalizante: "Acho, inclusive, que ao caso da burguesia brasileira se aplica o que Marx dizia da burguesia francesa na época do bonapartismo e do Império que se sucedeu à República como 'a única forma de governo possível no momento em que a burguesia havia perdido a capacidade de governar a nação': aqui também o bonapartismo militar e o império tecnoburocrático instauraram uma época que 'a sociedade burguesa, liberada das preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento com a qual ela mesma jamais havia sonhado". (Martins, 1990: 211-12)

Este conceito de modo algum significa uma simples transposição do caso francês ou do *bismarckismo* meramente transplantado, mas designa uma forma de poder autocrático dos proprietários, que não é exercida diretamente pela classe dos capitalistas, ou seja, um poder executivo absolutizado, que manietando e controlando o legislativo - reduzido a um

bipartidarismo sob o mando do "Partido da Revolução" -, pratica uma dominação ditatorial e terrorista. Ao longo da história republicana, portanto, a dominação dos nossos proprietários se fez ora por uma autocracia institucionalizada ora pelo bonapartismo.

Importa determinar, todavia, que se trata de um Estado bonapartista de talhe *militar*, configurando especificidades numa sucessão de ditadores de plantão. Como observa Antunes: "A alternativa bonapartista mostrou-se, uma vez mais, como a solução *possível* para que as diferentes frações da burguesia - incluindo também a fração monopolista estrangeira - pudessem preservar a dominação do capital. A crise de hegemonia presente no bloco de poder, bem como a necessidade de reordenamento econômico e político configuraram, para as classes dominantes, a imperiosa necessidade do golpe de Estado, através das Forças Armadas. E o papel de massa de manobra para dar sustentação aos interesses do capital - outra característica do *bonapartismo* - foi devidamente desempenhado por amplos setores das camadas médias: o seu polo *tradicional* (composto pela alta burocracia estatal, profissionais liberais, etc.) engajou-se, pelo temor da radicalização do governo Goulart e pela intensificação da campanha anticomunista, na contramobilização em apoio à ação militar, ora galvanizado pelo ideário moralista e religioso, como no caso do movimento das mulheres cristãs, ora saudoso do liberalismo oligárquico, como no caso dos profissionais liberais; o seu polo *moderno*, resultante da industrialização monopolista do pós-55 e constituído pelos detentores da competência técnica ou administrativa na empresa capitalista (gerentes, economistas, administradores, engenheiros industriais, etc.) desejoso de ver restaurado um Estado preservador da ordem e da hierarquia social, também converteu-se em base social da contra-revolução". (Antunes, 1988: 120-1)

Ao contrário do viés politicista, que parte do céu para a terra, partindo do Estado político acredita compreender a sociedade civil, "do resumo oficial da sociedade à sociedade oficial" (Marx), aqui, portanto, propriedade privada e Estado não se separam. Isto porque,

"O circuito institucional do capital, totalizado pelas interconexões entre sociedade civil e Estado, inclui o papel forte do poder político na reprodução ampliada do capital e, em sentido inverso, a modalidade pela qual a sociabilidade do capital representa e reproduz a formação política dominante segundo sua própria imagem. Graças, portanto, à interdependência entre sociedade civil e Estado, tendo o capital como centro organizativo de ambos, se põe e repõe um efetivo anel autopetruador. Ou seja, a sociedade civil, estruturada em torno do poder do capital, garante com isso a dominação capitalista sobre o Estado político e com a mediação deste sobre o conjunto da sociedade". (Chasin, 1986: 226)

É sobre um amplo leque ideológico, formado por duas grandes facções - *grosso modo*, forças polarizadas entre o grupo da "Sorbonne" e os "duristas" -, que tentaremos, por meio da *análise imanente*, particularmente dos *discursos presidenciais*, configurar uma visão do mundo com seus núcleos essenciais, mas que, mesmo em suas modulações e diferenças, se perfilam coerentemente na *ideologia 64*, como componentes de uma mesma estrutura de dominação, *a forma bonapartista da autocracia burguesa*.

A Teoria da Via Colonial

Há que fazer justiça, nesse passo, à herança das investigações do historiador Caio Prado Jr. em sua monumental tentativa de capturar as determinações essenciais que conformaram nossa formação histórica. Por causa de sua militância comunista, foi preso em vários momentos de sua vida. Caio pertenceu aos quadros dirigentes da Aliança Nacional Libertadora em 1935, permanecendo encarcerado por dois anos, após o fechamento desta, em 1935; posteriormente, foi preso em 1948, um ano depois da cassação do PCB, e novamente, após o golpe de Estado de 1964, é detido em abril no DOPS. Em 1970, retornando do exílio no Chile, foi encarcerado no Presídio Tiradentes, em plena ditadura Médici, sendo absolvido pela Justiça Militar, em 1971.

Caio Prado Jr. foi o primeiro entre os marxistas brasileiros a se contrapor às teses estalinistas aprovadas no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em 1928. O Brasil, classificado como um dos países dependentes, alinhado aos países coloniais e semicoloniais, tinha conhecido, segundo a visão dogmática, formas produtivas asiáticas e feudais. A resolução estabelecia como objetivo revolucionário a ruptura com o passado pré-capitalista e o perfilamento dos comunistas com as burguesias nacionais, a fim de dar concretude às tarefas econômicas e políticas da "revolução democrático-burguesa". A missão revolucionária residia, precisamente, na luta contra as estruturas agrárias feudais ou semifeudais e contra o imperialismo, particularmente o capital inglês, realizando uma estratégia política similar à dos mencheviques no processo revolucionário russo: a "revolução democrática" com a hegemonia da burguesia local. Derrubando os mitos instituídos pelo estalinismo, como guia geral de atuação do comunismo internacional, Caio Prado Jr. rebateu uma a uma essas teses, equivocadas, principalmente, pelo transplante de determinações históricas do mundo europeu, transformadas em "classicidade", num desrespeito flagrante às formas específicas da objetivação do capitalismo em nosso país, cuja gênese histórica encontra-se no sistema colonial. Daí o sentido histórico de nossa subordinação estrutural, moldando formas particulares do ser e ir sendo capitalismo. Assim sendo, não haveria aqui, formas *feudais* de produção, formas pré-capitalistas, mas uma forma de latifúndio particular de *tipo colonial*, fundada em relações *escravistas* de trabalho, cuja produção de valores de troca se realizava externamente, no mercado capitalista europeu em constituição. Tratava-se de estudar esta realidade por sua gênese histórica e o desdobramento de contradições sociais numa formação histórico-social específica.

A objetivação capitalista no Brasil, nesse caminho particular, não se processaria por um corte com o modo de produção pré-capitalista, os "resquícios feudais", mas que conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio com seu sentido da colonização, voltado para fora. Daí o desenvolvimento restringido do mercado interno e o lento caminhar do processo industrial, o caráter retardatário do desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a exclusão de grande contingente da população brasileira da vida nacional. Assim, desde 1933, o marxismo brasileiro ganhava corpo, com a lucidez e padrão científico de seu maior historiador, desvencilhando-se do gradiente estalinista, que trouxe, na prática dos

comunistas, as formas mais aberrantes de ignorância histórica e o *taticismo* político que o acompanha, repleto de suas aberrações oportunistas e sectárias.

Para Caio Prado, uma das debilidades que permeavam o PCB era o seu despreparo teórico, o seu contumaz exercício do doutrinário, que o impedia de extrair da própria concretude histórica as propostas mais racionais para a elevação material e espiritual da grande maioria da população brasileira. Em sua obra *A Revolução Brasileira*, publicada após o golpe de 1964, num ajuste de contas com o oportunismo, especificou que, em nosso país, "a teoria marxista da revolução se elaborou sob o *signo de abstrações*, isto é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim - o que é mais grave - encaixar nesses conceitos a realidade concreta". (Prado Jr.,1977: 29) A discussão sobre a "natureza" da Revolução era imprópria, porque "a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. Ora, é precisamente dessas reformas e transformações que se trata. Uma vez determinadas quais sejam - o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes - terá interesse secundário (pelo menos imediato e para os fins práticos que são o que realmente no momento interessa) saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela". (Prado Jr.,1977:15)

Uma viva discussão do marxismo brasileiro, difundida nos espaços abertos pelas editoras *Brasiliense* do próprio Caio, *Civilização Brasileira* de Ênio Silveira e *Paz e Terra*, surgiu, numa primeira fase, com a divulgação do pensamento lukacsiano e, posteriormente, com as obras de Antônio Gramsci, escritas no cárcere, acentuadamente pelo empenho de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. O jovem intelectual baiano produziu, aos 24 anos, um belo livro sobre *Literatura e Humanismo* (1967), e, na década seguinte, agora influenciado pelo eurocomunismo italiano, desenvolveria as teses do "compromisso histórico" e da "democracia como valor universal", caras ao PCI de Berlinguer, assim como aplicando de modo inteligente a conceituação lukacsiana de "via prussiana" para a análise literária e também para o nosso "intimismo à sombra do poder": a cooptação dos intelectuais brasileiros.

Na obra coletiva *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira* (1974), Coutinho chamava a atenção para o processo da constituição capitalista em nossa formação histórica, onde o caminho para o progresso social se daria permanentemente num quadro de conciliação com o atraso: "Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo 'pelo alto' que exclui inteiramente a participação popular". (Coutinho, 1974:3)

O jovem lukacsiano de então soube captar determinados traços do significado essencial da transição para o capitalismo em nosso país, transição que partia de uma *subordinação formal do trabalho ao capital* para uma estrutura mais complexa do capital industrial.

Além disso, demonstrava a inexistência de uma revolução democrático-burguesa, capitaneada por uma burguesia progressista, humanitária e radical. Em nossa formação histórica, o conjunto dos elementos necessários para a construção da identidade nacional se põe com a conciliação entre o velho e o historicamente novo: "No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o 'cidadão' e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um 'grande mundo' democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada". (Coutinho, 1967:142)

Coutinho se valeria, assim, para entender as formas do romance brasileiro, da problemática da "via prussiana", problematizada por Lenin e ampliada por Lukács, particularmente, para a compreensão de nossa vida cultural. Esta polêmica mudava os rumos da discussão do "caminho brasileiro para o socialismo", deslocando-a para o campo da particularidade histórica, tentando, com isso, escapar das malhas abstratas e caricaturais das conceituações marxistas convertidas em receituário dogmático. Desse modo, tomando o caso italiano como referencial teórico, buscavam-se certas determinações específicas do *reformismo* e *conciliação pelo alto*: modo pelo qual as categorias sociais arcaicas se combinavam com as novas, excluindo a participação popular dos destinos econômicos e políticos da entificação nacional.

Assim como no caso chileno, tematizado pelo PCI, que via na ausência de um verdadeiro "compromisso histórico" entre as forças democráticas chilenas, como causa da derrota do governo *social democrata* de Allende. Nesse sentido, o "eurocabocismo", a nossa versão nativa do eurocomunismo italiano, tentava desenvolver uma *cultura democrática* no seio das esquerdas brasileiras, para que estas abandonassem a instrumentalização da democracia parlamentar, agora não mais como *meio orgânico da dominação particular dos proprietários*, mas transformada em patrimônio universal da humanidade, no próprio objetivo final: a democracia como *valor universal*. Para isto, o próprio Marx seria "lido" de modo a atender esse prisma. Não seria a sua dialética a base filosófica da "democracia como valor universal"? A famosa passagem marxiana, segundo a qual "O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso", passa a ser interpretada de modo que "a dialética - que afirma uma totalidade concreta, uma 'síntese de múltiplas determinações'(Marx) - apareça como a base filosófica da democracia". (Coutinho, 1980: 31, n.17)

O conceito hegeliano de *superção dialética* (*Aufhebung*) era afirmado a todo momento para confirmar que o socialismo é a extensão do liberalismo, o seu verdadeiro herdeiro. Isto porque, no sentido hegeliano - e não na posição marxiana -, o termo expressa as idéias de ultrapassagem, negação, conservação e elevação. É o taticismo renovado, só que muito mais próximo ao revisionismo originário de Bernstein, quando este acentuava: "Na realidade não existe idéia liberal que não pertença também ao patrimônio de idéias do socialismo". Noutra passagem, de modo mais incisivo, é dito: "Nesse sentido, poder-se-ia mesmo definir o *socialismo como um liberalismo organizador*". (Bernstein *apud* Hobsbawm, 1982, 283).

Exprimindo as mesmas concepções do "socialismo democrático", Coutinho expõe a sua visão plural de hegemonia: "A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia *organizada*, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, *a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia*, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos autônomos. (...) Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superção (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda". (Coutinho, 1980: 31)

O risco novamente se colocaria para os comunistas: a de fazer da "via prussiana" um novo "modelo", um "tipo ideal", que não só afetaria o ecletismo teórico dos marxistas brasileiros, mas também atingiria sua estratégia programática. Qual era a natureza do poder edificado a partir do golpe de 64? A tentativa de nomeá-lo de "fascismo"² era inevitável. Como os comunistas potencializariam uma "Frente Antifascista" para derrotar o "fascismo brasileiro", unificando as forças democráticas do país, numa aliança entre capital e trabalho? Em que medida, o caso italiano e a proposta *eurocomunista*, da constituição do "compromisso histórico", não seria a mais adequada para o "caminho brasileiro ao socialismo"? Em que medida a "Frente antifascista", centrada no PMDB seria esse amálgama de vários setores na convergência de um "bloco histórico", que derrubaria a "ditadura fascista" brasileira (aliás com componentes desse mesmo poder)? O nó estava dado.

Outra *abstração irrazoável* de Coutinho está em sua insistência em interpretar a política por meio das afirmações marxianas sobre outra esfera da realidade: a arte. Enquanto a política é uma esfera inessencial à entificação do gênero humano, porque se funda precisamente nos conflitos práticos da humanidade; a arte é, para Marx, uma esfera essencial ao devenir homem do próprio homem. Segundo Coutinho, "Para o materialismo histórico, contudo, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. É do próprio Marx a observação segundo a qual a arte de Homero não perde seu valor universal - e conserva até mesmo sua função de modelo - apesar do desaparecimento da sociedade

grega primitiva na qual essa arte teve sua gênese". (Coutinho, 1992: 18-19) Valendo-se dessa determinação histórica entre gênese e validade, Coutinho sustenta que - ao menos hipoteticamente - mesmo "com o desaparecimento da sociedade burguesa onde tiveram sua gênese", as formas institucionais da democracia política não perdem seu valor universal.

Na linha desse novo formalismo, está claro que, de um modo mais sofisticado, a doutrina da *democracia como valor universal* - a democracia não mais considerada como meio -, passava a ser tomada como *um fim em si mesma*; não seria mais "instrumentalizada", mas sim um patrimônio universal da humanidade, que se situava acima das classes sociais e da própria anatomia da sociedade civil: o *capital*. Esta certeza ficou estabelecida de modo nítido na formulação de um dos principais teóricos do "populismo": "Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários, em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana". (Weffort, 1984:61) Nessa acepção liberal democrática, os "divergentes e contrários" são perpetuamente conservados. Capital e trabalho disputam um lugar "digno" nesse espaço universalizado. O espaço da ética na politicidade sem o fundamento dos conflitos práticos da humanidade.

Dessa forma, reduzida à sua forma parlamentar, a democracia - meio orgânico da dominação burguesa -, deixa intocável a natureza da relação-capital, fundada no corte entre proprietários dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e os não-proprietários. Portanto, tal como na visão liberal, que eterniza a *diferença histórico-social*, estabelecendo, assim, uma divisão ilusória do poder plural de categorias sociais antagônicas. Excluía-se, portanto, a idéia cara a Marx de que o Estado moderno, em qualquer de suas formas, é sempre forma de opressão, monopólio da violência, ditadura de classe, obstáculo à efetivação de uma autêntica emancipação humana, não sendo assim, senão o "anel de ferro" que se reproduz moto-contínuo.

A proposta eurocomunista, na verdade, se alinha ao campo daqueles que defendem o aperfeiçoamento das formas democráticas como estrutura a ser permanentemente ampliada pela absorção dos direitos sociais, autonomizando-se a esfera política das relações sociais de produção. Mais uma vez, aquilo que parecia uma reflexão rica na captura das determinações particulares do processo histórico brasileiro acabou por tomar de "empréstimo" a estratégia da "frente popular" que derrotou o fascismo italiano. Agora a conceituação gramsciana de "revolução/restauração", pensada para o caso italiano, era transferida como referência modelar para a ação da "esquerda democrática" contra o regime militar. A estrutura política montada pelos gestores do capital atrofico, a partir de 1964, passava a ser identificada como o "fascismo brasileiro". O que ficará na sombra dessa transposição: como explicar a "transição transada" concebida e operada pelo próprio "Estado fascista", sem sua derrubada por uma ação revolucionária de massas,

pelas ações armadas do proletariado em aliança com o campesinato, numa frente composta também pelas frações *liberais* do capital? Como se deu a transformação dos "fascistas" em liberais? Tratava-se, nesse sentido, de montar em nosso país a mesma configuração e estratégia política usada pelos eurocomunistas italianos: a articulação de um "compromisso histórico" sob a direção hegemônica da "federação de oposições" de Ulysses Guimarães.

É bom recordar que, com a anistia conciliada, de 28 de agosto de 1979, na volta dos exilados, a primeira intervenção dos eurocomunistas, já maioria na direção do "partidão", sem a presença do *bloco prestista*, foi a de demover os metalúrgicos do ABC a não agudizar as contradições com o regime-militar, paralisando a decisão tomada pela greve de 1980, uma vez que o momento exigia a política de "não tensionar", mas sim, de aprofundar "a democracia como valor universal" com a bandeira "Constituinte com João", repetindo antiga adesão à fórmula nacionalista: "Constituinte com Getúlio".

No amplo leque de forças democráticas, que papel estaria então reservado à burguesia monopolista? A aptidão da burguesia brasileira para a "conciliação pelo alto", para a preservação das estruturas econômicas e políticas do capital, conservando as estruturas arcaicas, sem a necessidade de amplos movimentos populares, colocar-se-ia da mesma maneira que no processo de unificação italiana? A tentação do *apriorismo* implicou, no plano prático, na tentativa de compor o nosso "compromisso histórico" - um novo bloco reunindo todos os setores, independentemente da origem e condição social, num "campo democrático" - para derrubar o "Estado fascista brasileiro". Segundo Coutinho, a esquerda deveria se preparar para uma longa batalha, embrenhando-se, para alcançar reformas estruturais, numa árdua "guerra de posições", pois, para "conquistar e consolidar a democracia, a esquerda pode e deve buscar alianças com todos os setores interessados nessa conquista e nessa consolidação, independentemente da posição deles em face da conservação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil". (Coutinho, 1980: 116)

No âmbito teórico, continuamos nos valendo das reflexões de José Chasin, que em década e meia fez a redescoberta do *estatuto ortológico* do ser social nas obras de Marx. O que implica salientar, como consequência: o próprio esforço em reproduzir, pela lógica da particularidade concreta³, a *via colonial* de objetivação capitalista no Brasil. Determinar concretamente a dimensão particular da natureza *atrófica* do capital, assim como a especificidade histórica das formas da dominação autocrático-burguesa em nossa formação social. Isto implica tematizar sobre a possibilidade concreta da efetivação de uma liberal democracia liberal dadas as condições particulares da *incompletude de classe* de nossos proprietários. Em outros termos, "Como poderiam coabitar com a soberania do povo, na inintegralidade de sua soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrófica". (Chasin, 1985: VII)

Jovem colaborador da *Revista Brasiliense* - introdutor das análises lukacsianas⁴ desenvolvidas em *A Destruição da Razão*, citado nas páginas de *A Revolução Brasileira*, por causa de sua pesquisa sobre o I Congresso dos trabalhadores rurais em Belo Horizonte, sendo o editor da primeira publicação brasileira de um trabalho de G. Lukács, em nosso país, a obra *Existencialismo ou Marxismo* (1967) -, J. Chasin abrirá uma fenda no dogmatismo, se propondo redescobrir o pensamento de Marx, no sentido de uma *instauração ontológica*.

Nas páginas da *Revista Temas de Ciências Humanas*, em setembro de 1977, J. Chasin aprofundava a polêmica, apontando os limites da aplicação do conceito de "via prussiana" para o caso brasileiro. Resumia as várias contribuições para uma apreensão dialética do caso brasileiro, e destacava suas principais deficiências: "De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o *caráter universal* do fenômeno capitalista, conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a 'constatar' a *ocorrência necessária* destes, a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não propriamente na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiper-acentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica, (...) faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída". (Chasin, 1977:151) Ou seja, de uma ponta a outra, ora se acentua o pólo de uma universalidade tomada abstratamente, ora se retém a singularidade imediata, também, abstrata. Perde-se, com isso, precisamente, o campo das mediações concretas.

Desenvolvendo elementos ontológicos do campo da particularidade concreta, J. Chasin passa a especificar as determinações da "miséria alemã" desenvolvidas por Marx, que assinalava o caráter tardio e retardatário do processo de entificação capitalista na Alemanha, "onde a emersão do *novo* paga alto tributo ao historicamente *velho*". Chasin, com isso, tomava o *caminho prussiano* como referencial *exemplar*, mas não como *modelo*, e sugeria o termo *via colonial* de objetivação capitalista para o Brasil. "Assim, de início, importa-nos como *particular contrastante* aos *casos clássicos*, clássicos, acima de tudo, porque mais *coerentes*, mais *congruentes* ou *consentâneos*, no nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas panes fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional*, no nível da máxima racionalidade historicamente possível". (Chasin, 1977:154) Daí a idéia de Brasil, numa atualização permanente, como um país contemporâneo, sem ser coetâneo.

Buscava, desse modo, estabelecer analogias a partir dos traços gerais, reunindo-os para estabelecer as diferenças concretas entre *particularidades históricas*, também elas distintas entre si, que se contrastam com os casos clássicos: "Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil, quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o 'reformismo pelo alto' caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer

seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento e a implantação e progressão da indústria, isto é, do 'verdadeiro capitalismo', como distinguía Marx, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro caso, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumariíssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao velho." (Chasin, 1977:155)

Com isso, é possível extrair das particularidades históricas concretas aquilo que as distingue e separa. Leo Köfler, ao examinar as formações inglesa e prussiana, deixou uma feliz formulação sobre as peculiaridades do *atraso* alemão: "Assim como Inglaterra é o país europeu eternamente 'perfeito', Alemanha é o país eternamente *inacabado*". (Köfler, 1974: 406) Segundo o historiador polonês, o fato de a Alemanha não ter tido uma ideologia humanista radical e uma classe social portadora das "ilusões heróicas", impondo limites à uma "revolução democrática radical, fez com que uma série histórica de frustrações da burguesia fosse a causadora do *prussianismo*. O velho que enquadra o historicamente novo.

Na época das revoluções de 1848, participando diretamente daqueles acontecimentos centrais, Marx pôde contrastar as diferenças históricas que separavam a revolução prussiana de março com as revoluções de tipo europeu. Por esta razão,

"As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) *europeu*. Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nelas triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social*, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (...) Não houve nada disso na *revolução prussiana de março*. A revolução de fevereiro *suprimira* a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na idéia. A revolução prussiana de março devia *criar* a monarquia constitucional na idéia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma *revolução europeia*, era apenas o retardado eco débil de uma revolução europeia num país atrasado. Ao invés de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele". (Marx, 1993: 56-7)

A burguesia alemã não mais poderia se colocar como a representante dos interesses gerais da nova sociedade, pois que tinha decaído ao nível de "indolência, covardia e lentidão", "disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade". (Marx, 1993: 58)

Desse modo, tanto Marx quanto Engels escreveram sobre a *tragédia alemã* incidindo sobre a incapacidade dos trabalhadores, naquele momento histórico, de se projetarem numa autêntica alternativa histórica, diante de uma burguesia que mal iniciara seu processo de industrialização. Esta dependência ideológica dos trabalhadores em relação à burguesia é mais grave, porque ela própria estava articulada aos seus inimigos históricos, num evidente *compromisso* com o historicamente velho, o reino da Prússia, a dinastia Hohenzollern e os *junker*. "Em suma, o choque dramático era configurado - e se via previamente abortado - por categorias sociais que viviam o *inacabamento de classe* de seu retardo histórico e de seu desenvolvimento retraído, gerados pelo atraso econômico e determinando sua atrofia política. Uma burguesia de acumulação industrial ainda débil, acovardada diante de um proletariado ideológica e politicamente dependente, abraçara a salvação 'negociada' com o absolutismo e a nobreza feudal, enquanto ao proletariado, ainda sem consciência *de si*, restara ficar à extrema-esquerda da burguesia, pressionando sobre o flanco dessa". (Chasin, 1993: 35)

É óbvio que se torna tentadora a fabricação de analogias com as formações singulares que conheceram o *caminho prussiano* em direção ao capitalismo. No entanto, há que enfatizar que se trata de particularidades históricas distintas. De modo algum, portanto, como *modelo* a ser simplesmente aplicado, recurso, pois, que se abre ao formalismo no qual todas as imputações se tornam possíveis.

Certos traços gerais e comuns podem ser destacados, porém, como Marx acentuava ao se referir às formas históricas de produção social: "Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes". (Marx, 1974:110)

Trata-se, assim, de capturar a entificação do ser e ir sendo capitalismo em suas especificidades, ou seja, formas singulares que podem ser identificáveis por meio de um processo de reprodução mental, de *abstrações razoáveis*, "sob um mesmo particular, que antes os separa dos casos clássicos, do que os identifica entre si. (...) Observação que nos conduz, portanto, à constatação não mais apenas de uma única forma particular de constituição não clássica do capitalismo, mas a mais de uma. No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob *o universal das formas não clássicas* de objetivação do capitalismo, a forma particular do *caminho prussiano*, e *um outro particular*, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial". (Chasin, 1977: 156)

Por isso, o exame da lógica da particularidade acentua a diferença histórica sobre o "retardo histórico" de sua constituição industrial moderna, a herança do latifúndio, a natureza das próprias categorias sociais, que sofreram problemas de *inacabamento*, como as burguesias alemã e brasileira. Enquanto que, no caso alemão, a burguesia alcança, num

determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas materiais, num processo acelerado, a fase do capitalismo monopolista desenvolvido, no caso brasileiro,

"A particularidade da via colonial (...) engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, de outro lado, a burguesia prussiana, realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela *via colonial* tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo". (Chasin, 1980:128-9)

Na realidade concreta, a história do capitalismo se configura como a história de seus vários capitalismos, do conjunto de várias formações sociais singularidades, nos espaços onde o capital se tornou a relação dominante. Dessa maneira, "América Latina, África e parte da Ásia - na generalidade e sob muitas singularizações, das quais não podem ser abstraídas uma infinidade de distinções qualitativas e quantitativas no traçado concreto de cada caso -, constituem o espaço induzido da efetivação capitalista: a objetivação pela via colonial do capitalismo, que particularizava formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua in contemporaneidade, armada sobre a *incompletude de seu capital incompletável* e, por isso, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais subalternas". (Chasin, 1989:39)

Nesse sentido, ganha relevância o conceito de *via colonial*, principalmente num momento em que a "pós-modernidade" se recusa a análise de processualidades históricas, da busca das determinações gerais que permitam conhecer e estabelecer os contornos específicos de cada entificação particular, na dialética entre singular, particular e universal e, em nosso caso, da captura da forma particular do capitalismo brasileiro e sua diferença histórica, no interior do desenvolvimento desigual e articulado do capital.

Por esta razão, esse complexo concreto historicamente determinado pode ser entendido como a *miséria brasileira*, pois "É determinação particularizada, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial (...). Compreende processo e resultantes da objetivação do capital industrial e do verdadeiro capitalismo, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está

conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto de mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo." (Chasin, 1985:XI)

Assim como as classes dominantes na *via prussiana* do desenvolvimento capitalista, cuja transição para o capitalismo assistiu as classes proprietárias agrárias - categorias do historicamente velho - empalmar o poder político e comandar o processo de *unidade nacional*, a burguesia brasileira se moderniza, no entanto, sem conhecer o processo da revolução burguesa e sua emancipação econômica. A burguesia, "nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos, quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal de Estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre fins particulares." (Chasin, 1985:X)

Como se pode depreender disso, a gênese da burguesia brasileira está sua entificação agrária de *tipo colonial*, e não na ruptura com os "restos feudais", abrindo passagem, com a formação do capital industrial, para uma configuração de subordinação estrutural que não lhe permite marchar na efetivação de sua emancipação social. O que ela deseja é estar distante das massas populares. Aqui, a evolução nacional não tem correspondência com a progressividade social, vinga uma *modernização excludente*, onde, concretamente, há uma discrepância entre evolução nacional e progresso social, uma vez que geneticamente se põe como ser social atrofiado: "Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida, e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. E de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria". (Chasin, 1986: 5)

Com os desdobramentos de suas determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, consubstanciando um tipo de capital atrofico, subordinado e induzido de fora, sua lógica *desembocou na modernização excludente e a violência institucionalizada*, configurando o modo de ser do *autocratismo burguês*, desconhecendo que pela via colonial da objetivação do capitalismo, a reprodução do país hospedeiro sempre o faz na condição de subalternidade, "o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor".

"Em outras palavras", desenvolve com precisão o autor da via colonial, "pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão,

ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do 'arcaico', para a qual todo estágio de 'modernização' alcançada é imediatamente reafirmação de sua in contemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o 'arcaico' irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o 'arcaico' é a condição de existência do receptor".

Implicando assim, as margens limitadas da potência auto-reprodutiva do capital, impossibilitando um *projeto nacional* que possa efetivamente integrar as categorias subalternas. "Por conseqüência, a passagem deste ao moderno só pode ser dada pela *ruptura da subordinação*; se esta é impossível, a *modernização efetiva* é igualmente impossível. Donde, tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a pregação da *modernização sem ruptura* é meramente a *reciclagem do arcaico*, o reajustamento da desatualidade, sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante, e até mesmo a simples sustentação do espaço capitalista subalterno fica comprometida em sua estagnação". (Chasin, 1989: 41)

Nessa mesma direção, Darcy Ribeiro em seu permanente combate à *reprodução do arcaico* em nossa formação social, buscou decifrar a natureza *conservadora* de nossos proprietários, a partir do modo de sua *inserção retardatária na história* do capitalismo - a origem *colonial* -, ao mesmo tempo, em que combatia a crença dos dominantes, segundo a qual o nosso atraso deriva da *incultura* de nosso povo:

"A resistência às forças inovadoras da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua *lentidão* não se encontram, portanto, no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na *resistência das classes dominantes*. Particularmente nos seus interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança. Esse é o caso da propriedade fundiária, incompatível com a participação autônoma das massas rurais nas formas modernas de vida e incapaz de ampliar as oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas oferecidas à população. É também o caso da *industrialização recolonizadora*, promovida por corporação internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um *empresariado gerencial*, sem compromissos outros que não seja o lucro a remeter a seus patrões. Estes se fazem pagar a preços extorsivos, onerando o produto de trabalho nacional com enormes contas de lucros e regalias. *Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem, em lugar de aplicá-lo aqui. De fato, ele se multiplica é no estrangeiro*" (Ribeiro, 1995: 250. Grifos nossos)

Situando a função da exploração de nossa força de trabalho no contexto da subordinação estrutural, Darcy Ribeiro torna cristalina a particularidade de nossa modernização na divisão internacional do trabalho, um capitalismo que, sugando os esforços nacionais, torna desigual a recomposição e elevação das parcelas humanas da totalidade social. Nesse sentido, *"Modernizada reflexamente*, apesar de jungida nessa institucionalidade retrógrada, a sociedade brasileira não conforma um remanescente arcaico da civilização ocidental, cujos agentes lhe deram nascimento, mas um dos seus 'proletariados externos',

conscritos para prover certas matérias-primas e para produzir lucros exportáveis. *Um proletariado externo atípico com respeito aos protagonistas históricos*, (...) porque não possui uma cultura original e porque *sua própria classe dirigente é o agente de sua dominação externa*. (...) Por conseqüência, a economia brasileira, que sempre viveu faminta de mão-de-obra, tendo que importar grande parte de sua força de trabalho, hoje vê sua população tornar-se excedente das necessidades da produção. É o trabalhador brasileiro que se torna obsoleto como uma força descartável dentro da economia nacional." (Ribeiro, 1995:251-261. Grifos nossos.)

O vigor da crítica de Darcy Ribeiro assinala a linha de continuidade das estruturas de poder na reprodução dos mecanismos repressivos ao largo de toda a nossa tradição histórica:

"Nessas circunstâncias, o Estado apresenta também *mais continuidades do que rupturas*, estruturando-se como uma máquina político-administrativa de repressão, destinada a manter a antiga ordenação, operando nas mesmas linhas a serviço da velha elite, agora ampliada pelas famílias fidalgas que vieram com o monarca e por novos-ricos que surgem com a modernização. O povo reage ao longo de quase todo o país contra a estreiteza dessa independência, exigindo a expulsão dos agentes mais visíveis da velha ordem, que eram os comerciantes lusitanos. A repressão mais cruenta o compele a submeter-se." (Ribeiro, 1995: 252. Grifos nossos)

Em sua crítica radical às concepções a-históricas dos comunistas no pré-64, Caio Prado Jr. questionava a crença na existência histórica de uma burguesia *nacional*, que se posicionasse *na luta* contra o imperialismo: "os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de 'contaminação' imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia 'nacional' antiimperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução". (Prado Jr., 1966:110-1)

Recorde-se que o historiador marxista escrevia estas linhas dois anos após a vitória do *bonapartismo militar* e a derrota sem resistência das esquerdas, sem, portanto, poder dimensionar a intensificação nos dias que correm da internacionalização do capital; sendo assim, ele arremata: "Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem" caracterizada, e muito menos de natureza política. A '*burguesia nacional*', tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil". (Prado Jr., 1966:190)

Florestan Fernandes, aproximando-se desta leitura, tenta configurar a processualidade histórica do capitalismo brasileiro, captando as formas específicas de estruturação das classes sociais nesse sistema, articulando sua estrutura anatômica com as formas políticas e sociais determinadas, ainda que se detenha mais no peso específico do poder estatal. Criticando as estruturas da dominação autocrático-burguesa em nosso país, Florestan

propugnava uma autêntica "revolução democrática", uma tomada de posição que pudesse romper com as amarras do "capitalismo difícil e selvagem", numa viragem histórica que colocassem *os de baixo* numa "nação civilizada", ainda que, na imediatidade histórica, não vislumbresse a superação do modo de produção capitalista. A seu feitio, com indignação, perguntava-se, a todo o momento, quais razões possibilitaram às classes dominantes impor um domínio restrito e exclusivista, regido pelo cego egoísmo e exclusivismo particularista, cuja violência e barbarismo anacrônicos submetem, secularmente, as maiorias espoliadas e exploradas deste país?

Segundo Florestan, "Há uma guerra civil permanente e aberta em nossa sociedade civil. E é uma guerra sem quartel. Os privilegiados não abrem mão de nenhuma partícula de privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas de degola e suas bandeiras 'sagradas', que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família - o que quer dizer que eles não possuem religião, pátria e família ou que, ao possuí-las, não reconhecem o mesmo direito e a mesma necessidade natural aos que não contam no rol da minoria privilegiada". Por esta razão, "na verdade, tal 'classe dirigente' é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do botim, para desejar a vigência de uma República democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante". (Fernandes, 1986:74-75)

Na finalização do regime militar, com a "trasição transada" operada para sua conversão em *liberalização outorgada*, sob cronograma e tutela militar, Florestan se indagava "Falsa república ou revolução democrática? Autocracia burguesa ou uma forma democrática de República?" (Fernandes, 1986:77) Sua tematização do "*capitalismo difícil e selvagem*" implicava analisar as autolimitações da própria dominação dos proprietários, fazendo do *golpismo* um procedimento inerente ao seu ser social. Assim, "O capitalismo selvagem revela-se um modo de ser arraigado, que bloqueia uma parcela considerável das 'classes dirigentes', acorrentando-as a uma gravidade política funesta, que impede ou trava toda e qualquer forma burguesa não-colonial de desenvolvimento do capitalismo, da sociedade civil e do Estado. Sob a sua ótica, o que não coincidir com a intocabilidade da ordem estabelecida e todas as suas iniquidades é '*comunismo*' e precisa ser banido de nossa terra! Dessa perspectiva, torna-se inviável a existência de homens livres reais, embora com situações econômicas, sociais e políticas desiguais". Dai, a razão das possibilidades do *golpismo* burguês, na auto-reforma da autocracia, "em um momento histórico no qual os mais variados setores das classes subalternas se mostram decididamente empenhados na democratização das relações de produção e de distribuição, da sociedade civil e do Estado, a propensão ao *golpismo* tenderá a exacerbar-se e a tornar-se incontrolável". (Fernandes, 1986: 76)

É interessante destacar, também, que, no processo de objetivação das *Reformas de base* no pré-64, estava em jogo esta questão decisiva, - não o "estilo populista" que soçobrava, uma vez rompido o "pacto político", tornando impossível a "manipulação" das consciências operárias! -, questão inscrita na plataforma econômica de estatuto popular e nacional, a luta pela tentativa de ruptura democrática com nossa *modernização subordinada e excludente*, que se assentaria num *evolver nacional sem progresso social*, para uma alternativa democrática com forte apoio de massas. Esta é a *essência do*

trabalhismo que apoiada amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las democraticamente num mercado interno ampliado, por causa disso, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizarem um poder burguês *bonapartista*, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico. Reiterando em nossa particularidade histórica, antiga determinação universalizante das classes dominantes, formulada por Engels: "O *bonapartismo e a religião da burguesia!*"

O que, historicamente, expressa esta determinação ontológica de nossa burguesia: "Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, *a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social* é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução nacional*". (Chasin, 1989:49. Grifos nossos)

Numa outra visão, se atendo ao *americanismo* do golpe de 64, Werneck Vianna também especificou o nosso autocratismo burguês: "Sob o ciclo do regime militar, por *modernização* se compreendia a conclusão do processo de imposição do capitalismo, que estaria a requerer, na ótica dos seus dirigentes, o uso de recursos da *violência política* a fim de remover os entraves políticos e sociais à sua realização. Tratava-se, portanto, de uma americanização *por cima*, à base de uma *forma autocrática de Estado*. Para tanto, aparecia como necessária a imobilização política da sociedade e o estreito controle da sua vida associativa, impedindo-se assim que o planejamento estratégico da ação estatal fosse obstado. O 'social', nessa chave radicalizada de modernização autoritária, não se apresenta como uma dimensão com legitimidade própria - ele deve ser desorganizado 'por cima' e sob o impacto da nova estruturação da economia que o regime quer institucionalizar". (Vianna, 1997: 201. Grifos nossos)

O poder da ideologia

A teoria que sustenta nossa pesquisa tenta se vincular à instauração ontológica de K. Marx, suas investigações sobre o fenômeno ideológico, assim como, das amplas contribuições de G. Lukács, em sua *Ontologia do Ser Social*, que em nosso país, receberam tratamento especial nas reflexões de J. Chasin e Ester Vaisman. O primeiro desenvolveu estudo sobre a ideologia do integralismo, integrando-o à sua tematização da *via colonial* de objetivação particular do capitalismo no Brasil, desvendando a ideologia integralista como "forma de regressividade no capitalismo hipertardio", precisamente ao empreender a *análise imanente* do conjunto dos escritos do pioneiro e chefe da AIB, compreendendo sua *gênese e finalidade histórica*. Estes três momentos constitutivos da crítica ontológica - análise imanente, determinação social e função histórica - são

momentos que visam a dar concretude às abstrações razoáveis extraídas da própria complexidade do ser social. Vaisman, por sua vez, levou a fundo o mesmo procedimento, estudando a crítica ontológica de Marx à filosofia especulativa inscrita no idealismo alemão, por meio da análise imanente de *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels.

Marx, em seu tempo, exprimiu de modo límpido que "Os pressupostos com os quais começamos não são arbitrários, nem dogmas, são pressupostos efetivos dos quais só é possível abstrair na imaginação. Eles são os indivíduos efetivos, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as encontradas aí quanto as engendradas pela própria ação deles. Estes pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica". (Marx *apud* Fernandes, 1983:186)

Este caminhar em direção à própria realidade, para nela encontrar os seus elementos constitutivos, foi perversamente negado pelos "discípulos", que transformaram as afirmações marxianas em justificativas ideológicas do poder estalinista, descolando-as de sua determinação concreta, consubstanciando dogmas, modelos, imputações arbitrárias a serem aplicados ideologicamente.

Nas reflexões lukacsianas, uma determinação ontológica fundamental disso é que "O homem é um ser que dá respostas". (Lukács, 1969:132) O homem surge, assim, como um ser prático que reage às demandas postas pela própria realidade objetiva, um ser prático que transforma a natureza como resposta a necessidades determinadas. "Além desse caráter prático, o ser social é estruturalmente unitário, o que significa dizer que em seus aspectos decisivos - nas posições ideológicas - não se manifesta uma clivagem radical, no plano ontológico fundamental, entre as posições que se desenvolvem no interior da esfera econômica e aquelas que se põem para além dela. Ao contrário, tanto no trabalho, no intercâmbio orgânico com a natureza, quanto nas outras esferas da prática social, o que há de comum nessas ações é que em todas elas se encontra uma *tomada de decisão entre alternativas*, o que implica a existência de um *momento ideal*, de uma prévia-ideação como denominador comum a todas elas". (Vaisman, 1996: 100-1)

Sem que possamos ir mais longe do que algumas meras afirmações, importa reter minimamente que, sendo o trabalho a protoforma da interatividade social, para a posição marxiana, há nessa objetivação prática uma unidade inseparável entre *causalidade e teleologia*: a finalidade subjetiva só existe em função da trama causal, para operar no interior dela e transformá-la, só existe na dialética de uma *determinação reflexiva*, concreta. E no interior dessa concreta atividade humana específica que nascem as posições teleológicas secundárias, não mais pertinentes às relações homem/natureza, porém, no âmbito da própria interação humano-societária. "Em suma" - formula Vaisman - "o que identifica todas as posições teleológicas é o fato de que em todas se dá uma tomada de decisões entre alternativas. Ao lado dessa identidade, no entanto, coloca-se uma série de diferenças. A primeira e fundamental: o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, as suas ações e seus afetos na práxis social extralaborativa; decorrentemente, a segunda diferença está no grau de incerteza que permeia essas posições, que é muito maior do que a existente no caso do trabalho, o que não impede que

haja um conhecimento racional das tendências em presença, mesmo que esse conhecimento, de forma mais acabada, só se dê *post festum*". (Vaisman, 1996:106)

Segundo a autora, a posição lukacsiana, que se atem ao estatuto ontológico das coisas, faz a crítica do epistemologismo, que contrapõe ideologia à ciência, o falso e o verdadeiro, caindo na perspectiva reducionista de ideologia como mera "falsa consciência"; ao contrário, aqui, consideramos que ideologia é precisamente o *momento ideal da ação* prática humana, "ela nasce direta e necessariamente do *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente na sociedade". (Lukács, 1981: 446)

Nessa mesma direção, Vaisman enfatiza o papel mediador da consciência no processo de interatividade sociohumana, enquanto ação dirigida à uma finalidade consciente: "A existência social dos homens é implicada pela efetividade da consciência, ou seja, por seres sociais que medeiam suas ações pela consciência, portanto, a ideologia tem sua gênese determinada pela atividade social dos homens, donde exatamente nasce. Ela surge do *aqui e agora* ou *imediato* que coloca problemas. Nesse processo, entre o *locus* social específico da atividade humana e o homem sempre socialmente entendido, a forma consciência é a mediação da própria prática social. Em determinação ontológica, estamos, pois, diante do seguinte: o produzido é determinado pela sua produção, o que significa que o *ser* da ideologia é determinado pela sua produção, que é e só pode ser social. Em termos gerais, portanto, ela está presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal". (Vaisman, 1996: 108-109)

Como se pode notar, por esta configuração ontológica do fenômeno ideológico, esta não se reduz apenas a seu aspecto de tomada de posição no interior da luta de classes. Está inscrita na práxis humana como *momento ideal*. E, dessa maneira, um desconhecimento da obra marxiana, a *interpretação* que identifica a *inversão ontológica* denunciada por Marx com a mera falsidade da consciência. Em seu embate com a filosofia especulativa hegeliana, a crítica ontológica reconhece a prioridade do processo objetivo real em relação às representações do pensamento. Recorde-se a passagem exposta em *A Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels, com a força de sua síntese: "A consciência nunca pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo efetivo de vida". (Marx *apud* Fernandes, 1983:192-193) Compreende-se, com esta determinação real, o sentido das afirmações marxianas, que sustentam que "os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc, mas os homens efetivos, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente às mesmas, até as suas formações mais amplas". (Marx *apud* Fernandes, 1983:192)

Há que enfatizar a diferença entre as posições filosóficas de Marx e Hegel: este concebe os homens enquanto produtores de idéias, que passam a ser governados por um espírito universal, conceito que os dirige num sentido configurado por ele próprio em seus desdobramentos: e o primeiro, parte de uma forma determinada da realidade concreta: os homens enquanto produtores de seus meios de vida. Seguindo as reflexões de Vaisman, podemos salientar que a *inversão ontológica* perpetrada pelo pensamento especulativo

hegeliano não remete à *natureza falsa* da idéia, mas sim, à falsidade de que as idéias produzem os seres. "Dizer, portanto, que 'em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos', é denunciar a inversão ontológica especulativa onde o mundo efetivamente existente é concebido como produto da idéia, das representações, em suma, da consciência". (Vaisman, 1996:150) Há, pois, uma determinação social ineliminável da ideologia. A produção da consciência não se separa, como fato histórico-social, do próprio processo de efetivação da vida humana em seu conjunto.

A crítica marxiana à autonomia e autoprodução das idéias no fluxo histórico aparece, novamente, em oposição ao traço especulativo da inversão, como uma operação que separa as condições de produção em relação aos próprios produtores destas idéias. O pensamento neohegeliano também trabalha com esta autonomização do pensamento, que passa a orientar o fluxo histórico, rompendo a conexão existente entre as idéias e suas condições efetivas de produção. Realiza, nesse sentido, a mesma *inversão* das relações reais entre consciência e ser. O que Vaisman contribui para esta questão, inteiramente desvirtuada, do pensamento ontológico de Marx é a crítica da falsidade especulativa, segundo a qual a idéia produz o ser, isto é, "o termo ideologia se refere de modo categórico e explícito à filosofia especulativa neohegeliana". "Em síntese, segundo Marx, o procedimento ideológico se caracteriza genericamente por três momentos distintos, mas interligados: 1) As idéias dominantes são separadas dos próprios agentes sociais dominantes e, a partir daí, é reconhecido o domínio das idéias na história. 2) As idéias dominantes, descoladas do chão social a partir do qual emergem, são consideradas como 'autodeterminação do conceito'. 3) Por último, o conceito autodeterminado é transformado em sujeito, isto é, a 'autoconsciência'". (Vaisman: 1996:184-185)

Mészáros também contribuiu, ao formular questões apropriadas acerca da natureza ontológica do fenômeno ideológico, confluindo em certa medida com a crítica instaurada por Marx, para tentar esclarecer o *poder da ideologia*. Por isso, ele sustenta este caráter de consciência prática da ideologia, recusando o imperativo idealista do critério gnosiológico, que visa distinguir o falso do verdadeiro e, portanto, aquilo que entra na conceituação de ideologia e o que lhe escapa.

Está claro que, nas sociedades divididas em classes, a ideologia é efetivamente a consciência de classe tornada operativa e consciente no antagonismo estrutural: "Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de qualquer consideração, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito fundamental - a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social - com o propósito de *resolvê-lo através da luta*. Em outras palavras, as várias formas ideológicas de consciência social acarretam (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) diversas práticas de longo alcance em todas as variedades, na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independentemente de estarem vinculadas a posições sociopolíticas progressistas ou conservadoras". (Mészáros, 1996: 23)

É a esta natureza de *consciência social prática* que importa reportar, assim como, numa sociedade de classes, o caráter operatório e decisivo da *ideologia* na tomada de consciência dos conflitos e dos antagonismos, que os levam à sua resolução, até às últimas conseqüências: "Na verdade, porém, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas *sociedades de classe*. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se revelam ao longo da história e se *entrelaçam de modo conflituoso* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas de forma nenhuma *independentes*), que exercem forte influência mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social". (Mészáros, 1996: 22-23)

Batendo na mesma tecla da efetividade do *poder da ideologia*, que nos remete diretamente aos discursos do "generalismo presidencial", Mészáros lança luz à operacionalidade prática das ideologias em confronto, enquanto *consciência prática*, exerce esta função ideológica graças à posição de *supremacia da mistificação*, visando alcançar o domínio "consensual" dos receptores induzidos a ela. Porque, prossegue o filósofo húngaro, "uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições, de um lado, como '*localizadoras*' em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a *consciência prática necessária* através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, confrontam-se abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente". (Mészáros, 1996: 22-23. Grifos nossos)

Um dos trabalhos de grande envergadura sobre o exame de manifestações filosóficas e artísticas, indiscutivelmente, é a obra do autor romeno Lucien Goldmann - *Le Dieu Caché* - escrito em 1955. Neste estudo sobre as formas de consciência, mais precisamente, sobre a visão trágica do mundo expressa nas peças teatrais de Racine - *Andromaque*, *Britannicus*, *Bérénice* e *Phèdre* - e, principalmente, nos *Pensée* (1670) de Blaise Pascal, Goldmann desenvolve uma parte metodológica que nos convém comentar.

Ainda que distante das reflexões ontológicas de Lukács de maturidade, mas preso às vigorosas reflexões do filósofo húngaro, o autor teve o mérito do resgate filosófico de Pascal, apresenta uma discussão que tentaremos resumi-la neste breve espaço. No capítulo intitulado "O Todo e as Partes", Goldmann salienta a importância do trabalho de erudição aliado à força das reflexões filosóficas. Lembrando que eruditos e filósofos tematizam a *mesma* realidade, mas se distinguem, visto que "O historiador erudito fica no plano do *fenômeno empírico abstrato* que ele se esforça por conhecer nos mínimos detalhes, fazendo assim um trabalho não só válido e útil, mas, ainda, indispensável ao historiador

filósofo, que quer, a partir desses mesmos *fenômenos empíricos abstratos*, chegar à sua essência conceitual" (Goldmann, 1964:4)

Apontando para o perigo das ditas especializações ideológicas do conhecimento científico, o que não implica suprimir as especificidades da multiplicidade do concreto, Goldmann acentua a importância desses dois níveis do ato de conhecer. No entanto, há que compreender que os fatos empíricos isolados e abstratos, que compõem a forma fenomênica da manifestação deles são, na verdade, o único ponto de partida da pesquisa. Se são o ponto de partida, que não se confunda com o ponto de chegada. Ao contrário da metodologia positivista, que toma os fenômenos em seu modo de aparência como sendo já o verdadeiro, Goldmann se contrapõe a isto, afirmando que "o pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda a verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente". (Goldmann, 1964:5)

Goldmann se vale inclusive das próprias formulações de Pascal para encontrar a resposta ao conjunto de problemas que levanta sobre a pesquisa no terreno da idealidade. Citando o fragmento 72 dos *Pensées*, que põe a questão da relação entre o todo e as partes:

"Se o homem se estudasse em primeiro lugar, veria o quanto é incapaz de seguir adiante. Como seria possível a uma parte conhecer o todo? Mas talvez o homem aspire a conhecer pelo menos as partes que lhe estão em proporção. Contudo, as partes do mundo têm todas tal relação e tal encadeamento entre si que creio ser impossível conhecer um sem conhecer as outras e sem conhecer o todo". Pois, na seqüência disto, "Sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes". (Pascal *apud* Goldmann, 1964:6)

Resgatando, assim, uma séria reflexão sobre a possibilidade de conhecimento da totalidade *in flux*, processual, múltipla, infinita, em suma, histórica, Goldmann discorre sobre "O principal objeto de qualquer pensamento filosófico é o homem, sua consciência e seu comportamento". Dessa forma, mais uma vez, toma distância e rebate as posições do irracionalismo contemporâneo que afirma sobre "a morte do homem", "a morte do sujeito". Concepções que recusam que o homem seja o sujeito da história, pois, na linha heideggeriana, "não é mais precisamente o homem tomado unicamente como tal que importa". Daí, a famosa rebatida de Foucault à Marx: "Conhece a frase de Marx? A humanidade só formula problemas que pode resolver. Eu creio que se pode dizer: o humanismo finge resolver problemas que não pode formular!" "A nossa tarefa", completa

"é libertar-nos definitivamente do humanismo, e nesse sentido o nosso trabalho é um trabalho político". (Foucault, s.d.:33-34)

Goldmann busca - ao contrário dessas manifestações negadoras da objetividade do real e, por conseguinte, da própria subjetividade humana -, a configuração concreta de manifestações literárias e filosóficas, porque "Partindo do princípio fundamental do pensamento dialético - isto é, do princípio que o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar a sua *essência concreta*, e, implicitamente, para chegar a sua significação (...) O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro". (Goldmann, 1964:8)

O pressuposto ontológico desta afirmação está clara: "o indivíduo é o ser social", indivíduo e sociedade são dois momentos inseparáveis de uma ontologia do ser social, desde que não sejam tomados abstrata e mecanicamente, mas por suas determinações reflexivas. "Pois", diz Goldmann, "o conjunto múltiplo e complexo de relações humanas que envolve todo o indivíduo cria muito freqüentemente rupturas entre sua vida cotidiana, de um lado, seu pensamento conceitual e sua imaginação criadora, de outro, ou então só deixa subsistir entre elas uma relação demasiado mediatizada para ser praticamente acessível a qualquer análise pouco precisa". Mais ainda "a intenção de um escritor e a significação *subjetiva* que para ele tenha sua obra nem sempre coincidem com a significação *objetiva*, freqüentemente pouco consciente para seu próprio criador". (Goldmann, 1964:7-8)

A partir daí, Goldmann caracteriza os passos necessários que o historiador da idealidade encontra diante de si: um conjunto de fatos empíricos, ou seja, fatos-doutrinários. Ora, vimos anteriormente que os escritos de um autor são apenas uma parcela da totalidade humano-societária, são, pois, "uma parte de seu comportamento, o qual depende de uma estrutura fisiológica e psicológica extremamente complexa que está longe de permanecer idêntica e constante ao longo de sua existência individual". (Goldmann, 1964:8)

Num amplo debate sobre um texto de Foucault - *O que é um autor?* - apresentado à *Société Française de Philosophie* no dia 22 de fevereiro de 1969, Goldmann responde que "toda uma série de análises concretas mostraram, com efeito, que, sem negar nem o sujeito individual por um sujeito coletivo ou transindividual". (*Apud* Foucault, 1992:74) Trata-se, pois, de superar antiga tradição filosófica que coloca no centro da análise o sujeito individual, substituindo-o pela ação de um grupo social, tomando o indivíduo - sem o negar - como produto da interação humano-societária.

Portanto, quais são as posições sobre a questão examinada por Foucault: "Quem fala?". Goldmann, polemizando com as idéias expostas para debate, visualiza duas possibilidades desenvolvidas nos trabalhos de ciências humanas. "A primeira, a que chamarei estruturalismo não genético, *nega o sujeito*, que substitui pelas estruturas (lingüísticas, mentais, sociais, etc.) e apenas deixa aos homens e ao seu comportamento o lugar de um

papel, de uma *função* no interior de tais estruturas que constituem o ponto final da investigação ou da explicação" (*Apud* Foucault, 1992:74-75)

A segunda resposta, que ele denomina de estruturalismo genético, "recusa também, na dimensão histórica e cultural de que faz parte, o sujeito individual; não suprime, contudo, da mesma maneira radical, a idéia do sujeito, mas substitui-o pela idéia do sujeito transindividual". Dessa maneira, as estruturas não aparecem como realidades autônomas, pois, "Não há fatos humanos que não sejam estruturados na estrutura que não seja significativa, isto é, que enquanto qualidade do psiquismo e do comportamento de um sujeito, não preencha uma função". *Apud* Foucault, 1992:75)

Em resumo, para o filósofo romeno, há três pontos essenciais em sua formulação: a afirmação de um sujeito, não a sua negação; a existência concreta de um indivíduo transindividual ou coletivo, que existe na multiplicidade e variedade de situações cotidianas infinitas, e, o suposto de que todo comportamento do sujeito é sempre estruturado e significativo. Criticando o formalismo do estruturalismo não genético, Goldmann ironiza recordando as palavras rebeldes inscritas no quadro de uma sala de aula da Sorbonne: "As estruturas não descem à rua"! Ou seja, "nunca são as estruturas que fazem a história, mas os homens, ainda que a ação destes últimos tenha sempre um caráter estruturado e significativo" (*Apud* Foucault, 1992:75)

Indo de encontro com as formulações inscritas em *A Sagrada Família*: "A história não faz nada, 'não possui uma riqueza imensa', 'não dá combates', é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso e realiza combates; estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir - como se ela fosse um personagem particular - seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue os seus objetivos". (Marx *apud* Fernandes, 1983: 48)

A resposta goldmaniana está na integração de um texto ou fragmento no conjunto *coerente* da obra de um autor. É bom lembrar que o termo coerente pode não implicar uma racionalidade, bastaria indicar o estudo de autores marcados pelo irracionalismo ou misticismo, etc. A busca pretendida concentra-se em reproduzir pela análise interna do material doutrinário e sua *coerência integral*. Não se trata, assim, de meramente interpretar ou utilizar artifícios subjetivos exteriores ao que parece afirmado nos textos, mas de extrair respeitando ao máximo a integridade do texto, os seus núcleos temáticos fundamentais, como eles se articulam e se reportam à sua totalidade produzida. Mas isto ainda não é tudo.

Goldmann sugere que o historiador tem que desvendar nos produtos e formas da consciência social a *visão de mundo* socialmente constituída que está subjacente na subjetividade do autor. "De uma maneira imediata", escreve Goldmann "a obra que ele estuda está escrita por um indivíduo que não está, a cada instante de sua existência, no mesmo nível de consciência e de força criadora; além disso, este indivíduo está sempre mais ou menos aberto a influências exteriores e acidentais. Na maior parte dos casos o critério de coerência só pode se aplicar aos textos essenciais de sua obra, o que nos leva à

primeira das dificuldades que mencionamos quando falamos dos obstáculos contra os quais deve se chocar todo o método puramente filosófico ou biográfico". (Goldmann, 1964:15-16)

A discussão a seguir reside em explicar a formulação goldmaniana da "visão de mundo". Já vimos que o indivíduo pertence à trama complexa de interações humanas, mas que o ligam a determinadas categorias sociais, camadas ou classes sociais, que são os verdadeiros sujeitos históricos das transformações históricas. "Os indivíduos podem, sem dúvida, (...) separar seu pensamento e as aspirações da atividade cotidiana deles; *o fato fica excluído, entretanto, quando se trata de grupos sociais*". Prosseguindo nessas considerações ele arremata: "Para o grupo, a concordância entre o pensamento e o comportamento é *rigorosa*". (Goldmann, 1964:19)

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels deixaram-nos páginas e páginas sobre a questão fundamental da determinação social do pensamento. Bastaria recordar algumas célebres passagens. Ao questionarem os neo-hegelianos, que dissociavam a produção espiritual das condições materiais de sua produção, eles afirmavam o primado ontológico do ser social: "Os pressupostos com os quais começamos não são arbitrários, nem dogmas, são pressupostos efetivos dos quais só é possível abstrair na imaginação. Eles são os indivíduos efetivos, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as encontradas aí quanto as encontradas pela própria ação deles. Estes pressupostos são portanto constatáveis por via puramente empírica". (Marx e Engels, 1983:186)

Mais adiante eles expõem as relações entre a ideologia dominante com os produtores efetivos: "Os pensamentos da classe dominante em cada época, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder espiritual dominante". Por esta razão, "os pensamentos dominantes nada mais são senão a expressão em idéias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes formuladas como pensamentos; portanto, as relações tornam precisamente esta tal classe, portanto os pensamentos da sua dominação". (Marx e Engels, 1983:207)

A célebre afirmação de Marx - que afasta qualquer concepção teleológica e idealista da história - remete-se a esta dialética entre teleologia e causalidade no complexo histórico-social:

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem de modo arbitrário, em circunstâncias por eles escolhidas, mas nas circunstâncias que encontram imediatamente diante de si, determinadas por fatos e pela tradição". (Marx, 1983:49)

Ora, isto está diretamente ligado à problemática das circunstâncias históricas, da concretude do ser social, uma vez que "De fato, não existem alternativas que não sejam concretas: essas jamais podem ser separadas do seu *hic et nunc*... Todavia, precisamente por causa dessa concretude, que nasce de uma ineliminável concomitância operativa entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua, todo ato singular alternativo contém em si uma série de determinações sociais gerais que, depois da ação que delas decorre, têm efeitos ulteriores (independente das intenções conscientes), ou seja,

produzem outras alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas. Portanto, as legalidades objetivas do ser social são indissolúvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos". (Lukács, 1979: 95)

Agnes Heller, seguindo as reflexões luckácsianas, apontou para esta inseparabilidade entre as posições finalísticas dos homens e as circunstâncias concretas, e inferiu: "Todavia, essas 'circunstâncias' determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a 'circunstância' como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a 'circunstância' é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas". (Heller, 1972: 1-2)

Se não há um fim inscrito na processualidade histórica, se, portanto, a história não possui uma teleologia, isto decorre do fato de que as alternativas históricas propiciam às escolhas dadas, a objetivação de formas e configurações distintas, porque "quando os homens se colocam fins, o campo de determinação causai não é apenas o âmbito e a orientação de suas colocações, pois os seus atos teleológicos e todas as demais objetivações desencadeiam igualmente novas séries causais". (Heller, 1972: 2)

Capital, longe de sua identificação meramente com as formas dinheiro, mercadoria, meios de trabalho, é acima de tudo, por sua determinação histórico-concreta, uma relação social. Forma de sociabilidade que se caracteriza por uma relação na qual "o trabalho morto se apodera do trabalho vivo"(Marx). Ao empreender sua crítica ontológica, ou seja, a captura da integridade das determinações objetivas dos entes históricos, por sua gênese e necessidade histórica, Marx consagrou seu exame do *Estado*, ao contrário da concepção especulativa que atribuía a função de núcleo estruturador e fundante da sociabilidade, como produto imanente à forma da sociabilidade. "O Estado se funda na contradição entre o público e a vida privada, entre o interesse geral e o particular". (Marx *apud* Ianni, 1982:61)

É precisamente em sua viragem *ontológica* que Marx, em sua *Crítica de Kreuznach* sobre a filosofia do direito de Hegel, no combate à raiz especulativa da inversão, recusa "sempre a orientação hegeliana por não poder e não querer 'que o geral em e para si, o Estado político, seja determinado pela sociedade civil, mas que seja ele o determinante desta'(Marx)". (Chasin, 1995: 363) Posta nestes termos, a *determinação onto-negativa da politicidade*, que se abre a partir da crítica à inversão hegeliana, implica na própria recuperação da crítica à esfera da política, não mais considerada em sua *positividade*: "Ao identificar a natureza da força social pervertida e usurpada, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de auto-regulação puramente social, nas quais, pela fieira dos sucessivos sistemas sociais, quanto mais o Estado se entifica real e verdadeiramente, tanto mais é contraditório em relação à

sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades que a integram, Marx assinala, categoricamente - que a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política, ou seja, que ela só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual haviam se auto-aprisionado e perdido". (Chasin, 1995: 368)

A dimensão fetichizada do Estado, em sua *forma abstrata* de se traduzir como expressão da vontade coletiva, representante dos interesses da coletividade, foram devidamente criticados não a partir de sua "consciência invertida", porém como *mundo invertido*. Segundo Marx, "O Estado anula, a seu modo, as diferenças de *nascimento*, de *estado social*, de *cultura* e de *ocupação*, ao declarar o nascimento, o estado social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças *não políticas*, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em *base de igualdade*, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação *atuem a seu modo*, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer a sua natureza *especial*". (Marx *apud* Ianni, 1982:61)

Nesse sentido, a crítica marxiana desfetichiza esta determinação do poder político como uma "ilusão social": "Como o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se disso que todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade *livre*. E, da mesma maneira, por sua vez, reduz-se o direito à lei". (Marx *apud* Ianni, 1982:61)

Segundo Lukács se se pretende analisar um corpo ideológico, o seu tratamento tem de ser essencialmente ontológico, visto que a ideologia se localiza no terreno prático-social das relações humanas. Isso nos obriga a considerar um fato-doutrinário como momento insuprimível e inseparável de uma totalidade concreta, historicamente determinada. O investigador, por isso, não pode abandonar por um instante sequer a análise imanente desse todo-doutrinário o que implica necessariamente o respeito à integridade do objeto em sua manifestação histórica. Conjuntamente a isso, e de modo inseparável, o sujeito cognoscente deve buscar a determinação social dessa ideologia, assim como a função social que ela desempenha no seio da luta de classes em um momento histórico.

O procedimento próprio à análise imanente requer o reconhecimento da especificidade da esfera ideológica no interior de um complexo concreto, que não possui autonomia e processualidade própria, mais precisamente, "por uma análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe

descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e se afirmam". (Chasin, 1978:77)

Torna-se, assim, relevante a investigação da *determinação social* deste pensamento por meio da análise interna manifesta nos discursos do "generalismo presidencial", verdadeiros *intelectuais orgânicos da ordem* que, por causa disso, plasmam uma visão do mundo, historicamente determinada, com certa coerência e unidade, visto que "muito mais importante é o fato de que *as condições sociais* dominam os pensadores até em suas mais próprias e profundas convicções, em seu modo de pensar, em seu modo de colocar os problemas, etc, sem que eles mesmos o advirtam (...). Os filósofos aparecem sempre, no fundo - consciente ou inconscientemente, querendo ou sem querer - vinculados a sua sociedade, a uma determinada classe dela, a suas aspirações progressivas ou regressivas. E o que em sua filosofia nos parece e realmente é pessoal, realmente original, acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo (e por seu destino histórico)". (Lukács *apud* Chasin, 1978:76. Grifos nossos)

Nesse sentido é que devemos compreender que as ideologias surgem no interior das lutas sociais, desempenhando funções específicas e determinadas numa dada situação social; isto implica uma posição relativa, favorável ou contrária, às tendências do desenvolvimento histórico. Apenas no intuito de delimitarmos o que compreendemos por *ideologia*, afastamo-nos de sua utilização que a reduz à simples falseamento da consciência, uma vez que a "ideologia não é a consciência, mas uma forma específica desta; especificidade cujo traço marcante é o de estar voltado à prática, o de estar presente em toda a prática humano-social. Tendo em vista essa sua característica essencial, a ideologia, não pode ser o mesmo que consciência da realidade, pois as generalizações produzidas pela ideologia estão sempre orientadas pela práxis, pelo objetivo de transformar ou manter uma realidade dada". (Lukács *apud* Vaisman, 1986:53)

Nessa medida, Ester Vaisman divisa na conceituação *ontológica* de ideologia dois significados concretos: numa concepção genérica, "a ideologia, em qualquer uma de suas formas, funciona como um *momento ideal*, que antecede e orienta o desencadeamento e o desdobramento da ação nas posições teleológicas secundárias. Na medida em que o homem é um ser prático, reagente a necessidades historicamente colocadas, empenhando nisso seus produtos espirituais, não constituídos de forma linear, quaisquer produtos espirituais, sempre socialmente determinados, podem vir a desempenhar a função ideológica" E, além disso, numa aceção mais restrita, "A ideologia, no entanto, ao mesmo tempo que é, em geral, momento ideal da práxis, é também determinada, numa aceção restrita, instrumento através do qual os homens e as categorias sociais enfrentam as lutas sociais". (Vaisman, 1989:420)

Por esta razão, supera-se a rígida contraposição que esse reducionismo normalmente opera, pondo a ideologia, de um lado, consubstanciada numa forma falseadora e, de outro, a ciência pura, livre das injunções deformadoras da práxis.

O Colapso de uma Teoria

Um dos pontos visados, em nosso trabalho, e que pode aparecer como questão delicada e controversa, diz respeito às aproximações entre a crítica da direita, oriunda da autocracia burguesa - a crítica do "pseudonacionalismo" ou "nacionalismo exacerbado", que identifica as propostas reformistas de João Goulart ao "populismo" e ao "caudilhismo" - com a teoria de "crítica do populismo" levada a cabo por intelectuais de esquerda.

Ao longo da análise dos discursos presidenciais surgiram várias denúncias de balbúrdias e descabros contra a ordem, que identificam os passos reformistas do governo Jango como meros atos manipulatórios, despropositados e demagógicos. A estigmatizada "república sindicalista" é sinônimo de caos, anarquia, demagogia, instabilidade das instituições, subversão, ausência de hierarquia, esquerdismo, corrupção, indisciplina, amoralidade. Mais ainda: a "república anarco-sindicalista" seria a antecâmara para a entrada do comunismo em nosso país. Ainda que aqui não seja o lugar apropriado para estas considerações, importaria assinalar alguns pontos extremamente problemáticos da teoria da "crítica do populismo", que por sua vez pertence ao "quarteto teórico da analítica paulista", a saber, as teorias da dependência, marginalidade, autoritarismo e do populismo. Este "quarteto", para além de suas insuficiências teóricas, bem o sabemos, acarretou conseqüências práticas e, com ou sem intenção, desserviuiu à própria construção de uma real alternativa de esquerda para este país.

Assim, com a instauração do golpe de Estado de 1964, a *ruptura democrática* por meio de um golpe militar, os teóricos da "escola paulista" passaram a profetizar o "colapso do populismo", identificado mais a um "estilo de política", que se esgotara *ao tempo* em que os trabalhadores, ao se configurarem como classe, formaram seus próprios interesses específicos e a burguesia percebera que não seria mais possível *enganar* continuamente a classe operária. A "representação populista" se esboroava na medida em que uma classe adquiria sua verdadeira consciência de classe ameaçando saltar os marcos da ordem capitalista, rompendo, assim, com o "pacto populista", que consentia numa *artificiosa* participação democrática - trama de manipulações - dos trabalhadores no aparato estatal.

De sua parte, para os ideólogos da autocracia burguesa, a *crise geral* da sociedade brasileira era atribuída à "algaravia populista" (Roberto Campos). As promessas inatingíveis da *demagogia populista* acabaram por conduzir a sociedade brasileira a um beco sem saída. Salários desmedidos em choque com a real produtividade da economia, a escalada desenfreada da inflação, a estagnação da economia, a desobediência civil, são os efeitos de toda "política populista". Com isso, os ideólogos orgânicos tentavam, ao sabor dos próprios acontecimentos, descaracterizar totalmente *os projetos sociais em luta*, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica de *estatuto popular e nacional*, que o trabalhismo inscrevia na realidade nacional, propugnando a democratização da propriedade da terra, a reforma educacional, a reforma política, a integração das massas no mercado interno, no que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas. Tudo encenação! 1964 passa a ser explicado por um viés *politicista*, a composição de um novo bloco histórico seria

resultante do esgotamento de uma *arte burguesa de manipular* (o que pressupõe um poder burguês que não mais manipule quando integra parcelas da população em sua dominação), abstraindo-se, nessa operação, as determinidades estruturais do modo de ser do capitalismo brasileiro, dos projetos ideológicos envolvidos, dos interesses do imperialismo e dos embates sociais que estavam em jogo.

Do que fala a analítica da "crítica do populismo"? Assim como a teoria do *totalitarismo*, ela nasce da necessidade concreta de intelectuais de extração *liberal* de entender os fenômenos do fascismo, do nazismo e do bolchevismo, na Europa. Como explicar a irrupção de fenômenos políticos de massa, que atentam à estrutura universalizante da liberal-democracia? Para compreender melhor a gênese do tipo ideal do populismo, importa especificar alguns traços do conceito de totalitarismo.

Aqui caberia colocar que estamos inteiramente de acordo com a crítica ontológica a esse conceito. Este construto subjetivo não nasce desprovido de determinação social, uma vez que "a noção de totalitarismo nada mais reflete do que o liberalismo com o sinal trocado". (Chasin, 1978:49). O fetichismo criado pela conceituação liberal advém de que se serve de *universais abstratos* para tentar descrever o real; com isso, tal conceituação fica impossibilitada de - exatamente pela determinação social de sua perspectiva - apropriar-se dos *universais concretos* por meio das mediações e particularizações concretas. Este procedimento formalista, além de equalizar fenômenos históricos, por mais distintos que ontologicamente possam ser, acaba por reduzir a história à uma construção eventista. Assim sendo, ao contrapor a todo o monopólio de poder, a todo o Estado totalitário, os valores do Estado liberal, a análise ideologizada oculta a questão da própria hegemonia de classe, operando, assim, a própria eternização do Estado e da dominação de classe. Sua função social é clara, pois "Confundindo manifestações históricas concretas, e reduzindo-as à sua expressão política, o conceito de totalitarismo opera simplesmente uma sorte de tautologia ao 'determinar' o fascismo, o nacionalismo e tantos outros eventos que ele se permite englobar e que de algum modo contrariam o perfil liberal. (...) Com isso não estamos querendo confundir ou dissolver as distintas formas de hegemonia; pelo contrário, queremos ressaltá-las, afirmando que ela, a hegemonia, sempre está presente ao fenômeno do poder, ao contrário do que a análise liberal pressupõe". (Chasin, 1978:53-54)

Na mesma linha de interpretação, Rubem Barbosa Filho, ao tecer suas críticas a Hannah Arendt, num dos capítulos de sua obra *Populismo: uma Revisão Teórica*, assim se expressou:

"A sociedade totalitária, segundo os termos de Arendt, é a negação extrema da sociedade liberal, e construída sobre a morte da individualidade. Nesse sentido, ela é antiutilitária. (...) O seu objetivo não pode ser compreendido nos termos da racionalidade liberal, pois não comporta nada de convivência, de competição, de constituição de um mercado. Ela possui uma racionalidade negativa. Ou seja, a razão não é o instrumento de realização da natureza liberal do indivíduo, do aumento de sua propriedade e, portanto, de sua liberdade. A anti-razão é o instrumento da negação da realidade liberal individual e social. Nesse sentido, o totalitarismo não expressaria um pacto social. Um pacto só poderia ser admitido pelo pensamento liberal-democrático a partir da participação de todos os

indivíduos plenamente constituídos. O totalitarismo é a ausência de um pacto social. Ele não preserva a liberdade, fundamental para o estabelecimento do pacto. Ao contrário da liberal-democracia, onde o poder seria difuso - ou seja, cada indivíduo possuiria uma parcela do poder - o totalitarismo seria completa difusão da dominação. O social se mantém não pela liberdade individual, mas pela total dominação dos indivíduos, até o ponto da destruição da individualidade." (Barbosa F.º, 1980:100)

Marx, pôde caracterizar muito precisamente a determinação concreta do individualismo liberal na própria anatomia da sociedade burguesa, onde a figura da liberdade do indivíduo é remetida aos pressupostos materiais que a delimitam. Sendo assim, a igualdade e a liberdade, genericamente tomadas, são um atributo do ser social capitalista, uma vez que, "o interesse geral é justamente a generalidade dos interesses egoístas. Se, portanto, a forma econômica, a troca, põe sob todos os aspectos a igualdade dos sujeitos, o conteúdo, a matéria, tanto individual como objetiva e que leva à troca, põe a *liberdade*. Igualdade e liberdade, portanto, não são apenas respeitadas na troca em que se baseia os valores de troca, mas a troca de valores de troca, é a base real, produtiva, de toda *igualdade e liberdade*". Com isso, Marx pôde concluir: "Como puras idéias, são meramente expressão idealizada dessa base; como desenvolvidas relações jurídicas, políticas e sociais, são elas apenas esta base em uma outra potência". (Marx, 1978:6)

A gênese e difusão do *tipo ideal do populismo*, na verdade, foi resultado da aplicação do conceito à realidade latino-americana, uma vez que certos fenômenos políticos escapavam da mera identificação ao nazi-fascismo equalizados pelo conceito de *totalitarismo*. Ao se recorrer a construtos subjetivos, potencializados por um exagerado weberianismo, os teóricos pinçam da realidade alguns fragmentos empíricos para a composição de uma dada forma conceitual, o tipo ideal, que em Weber era uma composição utópica, que acaba por se contrapor ao multiverso caótico e infinito das coisas, ou seja, o mundo histórico-cultural, a fim de organizar racionalmente a porção finita, fragmentada, *escolhida* do real.

Maurício Tragtenberg, em seu melhor estudo sobre a obra do cientista social alemão, deixa nítido que "O tipo ideal, em Weber, é contraposto aos conceitos substancialistas que pretendem ordenar os fenômenos hierarquicamente e, ao mesmo tempo, é uma representação de uma totalidade histórica singular. É através da historicização e da racionalização do singular que Weber procura ordenar a aparência 'caótica' do mundo 'vivido'. O tipo ideal não é construído como reflexo do real; muito pelo contrário, é pelo seu afastamento do real concreto e através da acentuação unilateral das características de determinados fenômenos que ele chega a uma explicação mais rigorosa do caos existente no social". (Tragtenberg, 1992: XXVI)

É mais do que claro que Weber não tem culpa alguma por aquilo que seus discípulos fazem com suas observações metodológicas. "Qual é a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la?", perguntava-se. Sua resposta: "Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui abordamos, 'ideais' em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do 'exemplar'. Trata-se da construção de

relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, 'objetivamente possíveis', e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico". "Quem for da opinião de que o conhecimento da realidade histórica deveria, ou poderia ser uma cópia 'sem pressuposições' de fatos 'objetivos', negar-lhes-á qualquer valor." (Weber, 1992: 138-9)

Em seu estudo sobre a "objetividade" no campo das ciências da cultura, publicado no *Arquivo para a Ciência Social e Política Social*, em 1904, Weber assim definia este quadro ideal: "Obtém-se um tipo ideal acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista, encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos que se encontram ora em grande número ora em pequeno número até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento homogêneo". (Weber, 1992: 137-8) Refutando a possibilidade de uma ontologia histórica do ser social, Weber, todavia, reconhece os riscos de se praticar o *naturalismo* nos entrelaçamentos entre teoria e história. Nesse sentido, "Esta confusão pode apresentar-se sob a forma da crença na fixação de quadros conceituais e teóricos do conteúdo 'propriamente dito', ou da sua utilização à maneira do leito de Procusto, no qual a História deverá ser introduzida à força, e hipostasiando ainda as 'idéias' como se fossem a realidade 'propriamente dita', ou as 'forças reais' que, por trás do fluxo dos acontecimentos, manifestam-se a História". (Weber, 1992: 141)

Como se poderá notar, essa observação de Max Weber foi ignorada pela "crítica do populismo"; o uso e abuso do gradiente "populismo" servirá para todos os gostos e ocasiões. A "crítica do populismo", em nosso caso, foi assimilada por alguns sociólogos paulistas, que após um estágio na FLACSO, no Chile, conheceram os estudos de Gino Germani, Torcuato Di Tella, entre outros, marcados pelo formalismo da "sociologia da modernização" e das análises políticas centradas na relação "elite - massa". Recorde-se, aqui, a exacerbação das análises ginogermanianas, ao nomear a própria direção dos partidos comunistas, formada de indivíduos de origem pequeno-burguesa, que se apresentariam como verdadeiras lideranças *populistas*, portanto, *de fora* da classe que pretendem representar.

Sob o invólucro do conceito, uma série de fenômenos históricos distintos são formalmente equalizados. Darcy Ribeiro, indicando a gênese deste tipo ideal weberiano, mostra o produto da absolutização operada pela tipificação, com a conseqüente subtração das diferenças históricas: "O conceito de 'populismo', vulgarizado pela sociologia política de ótica norte-americana e francesa, parece consistir essencialmente em uma contra-imagem - correspondente aos países atrasados - das formas de liderança política tradicional dos regimes republicanos, tal como funcionam nos Estados Unidos e na França. Nesta acepção, o conceito se refere, de fato, às carências de nossos políticos subdesenvolvidos que apelam para a demagogia, a fim de alcançar o poder ou para manter-se nele. Assim definido, o termo populismo tem sido aplicado aos mais diversos protagonistas da vida política latino-americana, sem reconhecer suas diferenças nem indagar o valor explicativo das mesmas. Todos eles se unificam, por contraste, como típicos ou discrepantes, seja com relação às lideranças patriciais tradicionalistas, seja com respeito aos atores do

cenário político norte-americano ou francês, os quais são sutilmente alçados à condição de arquétipos que os latino-americanos talvez consigam um dia copiar". (Ribeiro, 1988:162-3)

No Brasil, um dos primeiros a utilizar o conceito de "populismo" foi o sociólogo baiano Guerreiro Ramos, pensador isebiano pouco estudado, que também consagrava à "política populista" a esfera restrita da ação da pequena burguesia, num momento de transição, com a formação ainda incompleta das classes sociais próprias ao mundo urbano-industrial mais desenvolvido, marcado este momento pela incipiente tradição de lutas sociais que enformam a consciência de classe dos trabalhadores. Na obra *A Crise do Poder no Brasil*, situava este fenômeno político no período posterior ao Estado Novo:

"O populismo é um avanço em relação à política de clã e à política de oligarquia. Esta superioridade decorre de sua infra-estrutura peculiar. Corresponde a um momento da evolução econômica em que a industrialização, perdendo caráter marginal e ocasional, vai-se constituindo em processo consistente. Mas é claro que as primeiras gerações dos centros urbano-industriais ainda não podem apresentar aquela mentalidade classista que costuma caracterizar as gerações de trabalhadores providos de longa tradição de lutas. O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar." (Ramos, 1961:56-57)

O estudo mais vigoroso e abrangente estudo feito até o presente momento, ainda que com traços de conciliação com esta analítica, é, sem dúvida alguma, a tese de Rubem Barbosa Filho: *Populismo: uma Revisão Teórica* (1980). O autor mostra a ambigüidade teórica de uma apropriação da Sociologia da Modernização com alguns traços do marxismo, compondo um verdadeiro *ecletismo metodológico*, que opera com conceituações marxianas acopladas ao par elite/massa, tendo como paradigma a ideologia liberal-democrática. Este construto subjetivo tem como pano de fundo a análise das formas de poder nas sociedades em transição, que ainda não possuem estruturas sociais modernas e definidas para sustentarem uma sociedade de talhe liberal-democrático; com isso, abre-se um hiato, um *vazio de poder*, no processo de disputa e consolidação da hegemonia política. Segundo Barbosa Filho,

"O populismo seria a forma transacional desta hegemonia incompleta, e é significativo que sua definição se dê pelo tipo de legitimidade que teria sido capaz de engendrar. De qualquer maneira, é a *incompletude*, ou o *atraso*, que caracterizariam não só a burguesia brasileira mas toda a sociedade, o que supõe a existência de um modelo de sociedade plenamente constituída. O sentido geral do processo vivido pela sociedade brasileira no período seria dado por esta perspectiva de hegemonia incompleta e de atraso geral da sociedade brasileira." (Barbosa F.º, 1980:178)

Em linhas bastante gerais, o fenômeno é dimensionado num período de transição de uma ordem agrária, oligárquica, tradicional, para uma outra moderna, industrial e democrática. O ponto de partida é a situação dada por um Estado oligárquico, pré-burguês. O ponto de

chegada é delimitado: o fim do "populismo" é possível quando a transição se completa, com os interesses das classes sociais formadas e se pondo a disputar a hegemonia política, agora tornada possível, num regime democrático-liberal. O modelo, na verdade, não é neutro, pois tem um conteúdo ideológico preciso: o parlamentarismo, com os interesses de classe já desenvolvidos na ordem urbano-industrial, não permite mais *as manipulações das massas*, mediadas pela pequena-burguesia, por uma "liderança populista", como no *getulismo de massas*.

Há, segundo este arquétipo, uma correspondência entre esse atraso nas estruturas sociais e as formas políticas, cuja consequência vai estar na *ausência de canais políticos* que possam expressar os anseios crescentes das massas populares. "A inexistência destes canais coloca as massas mobilizadas em disponibilidade para a manipulação das elites incongruentes, comprometendo-se a possibilidade de uma ação racional de meios e fins no político. O populismo seria a tradução política do atraso social". (Barbosa F.º, 1980: 180) Isto vai se refletir no aparato do Estado, posto que haverá este *hiato de poder*, que não assegura nenhuma legitimidade de poder pelas classes dominantes. Na ausência de um poder liberal democrático, com as classes sociais mal formadas e não definidas, a questão da hegemonia fica posta em aberto, o que explica a gênese do "autoritarismo", enquanto estilo político construído a partir da ótica liberal, mas com sinal invertido. "O populismo se explica, assim, como a justaposição de essências imperfeitas de classe, decorrendo disso a possibilidade de sua reprodução como um amplo 'pacto social'." (Barbosa F.º, 1980: 183)

O modelo teórico do populismo elege a pequena burguesia como seu *paradigma*. Estando ausentes os conflitos das classes fundamentais na fase de transição, dadas as imperfeições sociais, desaparecem como num passe de mágica os projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica; tudo se passa doravante na chicana, astúcia ou manobra das elites no poder. Mais ainda, a pequena burguesia, como sendo o paradigma, torna-se o espelhamento da conduta da classe operária, presa na armadilha que oculta a própria dominação política, suprimindo-se a *hegemonia de classe*, pela liderança "populista". Já que as classes são declaradas "em formação", surge uma *massa indiferenciada* a se guiar por um paradigma que lhe é externo. Nesse sentido, Barbosa Filho extrai as consequências desse ecletismo: "O populismo enquanto modelo afirma-se, assim, como o encontro de naturezas 'imperfeitas', cuja imperfeição decorre menos da luta e da articulação de classe e mais da determinação das condições sociais de existência de cada classe em particular. A tentativa de incorporação dos termos liberais, ou da inspiração liberal, à análise marxista acaba por revelar a sua predominância concreta na análise: o *reducionismo* equivale ao mecanicismo e o político se despe de todo o significado para apenas transfigurar 'essências' constituídas no social e no econômico". (Barbosa F.º, 1980: 185)

No tipo ideal do populismo vamos encontrar um "estilo de política" a demarcar um longo período histórico - o estilo faz a história -, em que as "elites dominantes" tentam incorporar as massas, subalternizando-as politicamente. Fazendo isso, impedem a sua constituição autônoma de classe; entretanto, são compelidas a atender a algumas de suas

reivindicações econômicas e sociais. A resolução dessa intransparência e impasse, como o sabemos, somente seria possível numa estrutura liberal-democrática consolidada, mais precisamente no Estado representativo moderno, sob a égide da lei e da razão, assentado no pluralismo partidário, graças a um processo de industrialização consolidado. Enquanto a realidade não se movia nessa direção, o "pacto populista" respondia com a mágica da manipulação, que permitiria da parte das "elites dirigentes" não ceder às pressões sociais. É sobre este construto parcializado e reducionista que o poder político assume a sua face de "Estado de massa". Com isso, "o populismo se torna um produto automático das incapacidades generalizadas, desempenhando o Estado o papel de *costura* de uma metafísica de classes. (...) Enquanto Estado de massas ele é expressão das classes subalternas em processo de formação, portanto, expressão de uma classe ainda inconclusa. Não se pode falar, portanto, de nenhum processo de 'rearticulação' das relações entre a classe dominante e as classes dominadas, ou melhor, de um projeto de 'rearticulação' das relações de classe patrocinado pela classe dominante. A questão da dominação cede lugar à afirmação da manipulação, esvaziando-se, ainda mais, a questão de classe na análise". (Barbosa F.º, 1980: 189)

É bom lembrar que a tradição populista russa do século passado não tem nenhum parentesco de universalidade com os objetos históricos nomeados pela *teoria liberal do populismo* - uma vez que ela própria se designava com o lema: *ir ao povo!* A singularidade histórica russa, segundo concebiam os populistas, não conheceria as contradições e mazelas da industrialização capitalista do ocidente. O populismo russo propugnava, dessa maneira, ir ao campo a fim de promover um tipo de *socialismo agrário*, com base no mir, estrutura agrária comunal, cujo pretense sujeito revolucionário seria o mujique, o pequeno agricultor, que constituía a maioria do povo russo. No entanto, o modelo teórico disseminado pela "analítica paulista" é bem diverso do populismo russo, visto que se constitui num construto *típico ideal*, que serve para identificar, na construção do Estado nacional, atos puramente demagógicos, o reducionista "estilo de política", que serve para *ardilosamente* manipular os interesses das massas populares. Ao impor astuciosamente uma "falsa consciência", esta política de massas acaba por ocultar os antagonismos sociais e a própria hegemonia dominante, promovendo, assim, a colaboração de classes num mundo urbano-industrial em constituição.

A historiadora Angela de Castro Gomes fez um levantamento da história do conceito - seus usos e abusos - nas Ciências Sociais no Brasil. Examina um conjunto de trabalhos, entre eles, os escritos dos intelectuais⁵ articulados no Instituto Brasileiro de Economia e Política (IBESP), que no mesmo ano de sua fundação, em 1953, publicam os *Cadernos do nosso Tempo*. Segundo ela, "Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que remetia à idéia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambigüidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, pois inclusive uma das questões mais complexas desta formulação era a própria *negação do estatuto de classe* (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam". (Gomes, 1996:53)

Mesmo passando em revista a utilização do conceito, a autora não se detém acerca da origem do conceito, do uso das categorias analíticas elite/massa, não atenta à natureza de subordinação estrutural da burguesia brasileira, não problematiza quais projetos sociais estavam sendo delineados no interior do capitalismo brasileiro, a presença dos militares na política nacional, e tampouco o paradigma liberal-democrático que transpassa o tipo ideal. No entanto, seguindo as conclusões dos "teóricos", a historiadora Ângela Gomes garante que, nas raízes do golpe de 1964, o acento dominante se localiza no "esgotamento do populismo". Se não, vejamos:

"O fenômeno do populismo passa a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava a responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitaram raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Dessa forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o 'ciclo populista', e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos". (Gomes, 1996:38) Por meio dessa operação, um largo período da história brasileira é explicado a partir de um "estilo de política", do céu para a terra, não se indagando, portanto, acerca das tramas tecidas na interatividade social, em suma, na busca das determinações que se instauram na *anatomia* da sociedade civil, no processo de produção e reprodução da vida material.

O "pacto populista" constitui um "compromisso" entre categorias dominantes e subalternas que surge como um consentimento gerador de tensões e instabilidades. Em seus termos: "Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira". (Gomes, 1996:43)

Como um estilo de política e de política de massas se afinam na manipulação dos interesses populares, num *engodo deliberado*, configurando uma situação de ambigüidade? Se não há embates entre as classes, se os seus interesses não são disputados palmo a palmo, em que medida as massas são manipuladas ou conquistam suas reivindicações? Isto deriva do fato de que, segundo a autora, "As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, *só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados* (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente". (Gomes, 1996:44. Grifos nossos.) Entretanto, a anulação das lutas operárias e sua conversão em "destinatários" acabam por abrir uma conversão inusitada, a própria "manipulação", que por sua vez, possibilita *a existência de uma convivência democrática*,

suspendendo o antagonismo de classes, num terreno pantanoso, uma vez que subtrai a *consciência de classe* do proletariado, cooptando quadros e controlando os organismos sindicais, fazendo crer que as reivindicações populares estão sendo atendidas pelos verdadeiros sujeitos, as classes dominantes. Nesta teoria, a classe não se forma no processo de lutas. Se a violência estrutural e a repressão oficial não fazem parte da própria trama ardilosa, como ela se reproduz?

Já não é mais a história que passa a comandar os passos do historiador, mas, muito pelo contrário, o conceito é quem rege as categorias, sempre se movimentando num campo de ambigüidades, pois, neste estilo de governar, "A categoria 'manipulação' é proposta, portanto, não de forma unidirecional, mas como possuidora de uma intrínseca ambigüidade⁶, por ser tanto uma *forma de controle* do Estado sobre as massas, quanto uma *forma de atendimento* de suas reais demandas. Embora seja enfatizada a dimensão do 'mascaramento' existente neste atendimento, já que os trabalhadores brasileiros eram fracos numérica e politicamente, não dispo de tradições de luta como os europeus, o impacto da política populista é aqui vivenciado de maneira distinta (como acesso à participação política e social) e precisaria ser analisado a partir desta perspectiva. É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de 'manipulação' por 'aliança' como categoria mais precisa para o que deseja situar. Contudo, não há investimento nesta modulação nem por parte do autor, nem por parte de muitos outros que seguem suas pegadas". (Gomes, 1996:43-4)

É óbvio que, com as explicações sendo contrastadas pela própria ordem de realidades historicamente determinadas, pode-se substituir, aqui e ali, um conceito por outro. Porém, o edifício permanece. Ainda segundo a autora, a vertente mais perversa dessa historiografia é aquela que tenta mostrar a inviabilidade de uma "democracia populista", precisamente porque as condições para uma democracia se realizar estavam já dadas em nossa formação histórica (industrialização, urbanização, informação e mobilização). Uma vez alcançado o *ponto de chegada*, a sociedade liberal-democrática, estariam dadas as condições de anulação da prática manipulatória, e a ideologia da colaboração de classes, mediada pelo paradigma pequeno-burguês, teria cumprido a sua finalidade. Sem se dar conta das implicações de sua própria afirmação, ela conclui: "Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena *in totum* o populismo e tudo que ele possa adjetivar". (Gomes, 1996:33)

Com esta breve exposição, estamos tentando problematizar algo que ficou num certo congelamento acadêmico, a saber, que a crítica passa a ser dirigida a um "estilo de política". Não se detém no exame das articulações militares com as várias frações do capital atrofico, não põe em tela as lutas dos combativos sindicalistas de então, estigmatizados como "pelegos", "cooptados"; mais ainda, não se indaga sobre as principais razões da *ruptura democrática* em 1964, quando o governo João Goulart pretendia pôr em prática as reformas de base, apoiando-se fartamente nos sindicatos e associações populares; em suma, atribui-se à sua política "populista", e à ruptura com ela por parte da classe trabalhadora, o desfecho do golpe de Estado. O "colapso do

populismo", um estilo de política em bancarrota, a quebra do "pacto populista", passa a explicar o golpe dos militares em 1964.

O destempero desta explicação vai inferir que o *ardil do populismo* não só reflete a debilidade das classes dominantes para exercerem soberanamente sua hegemonia de classe, mas que tolhe a *política de classe* ao entabular uma composição por meio da *política de massas*. Sem ter elaborado uma alternativa supressora da ordem do capital, a "crítica" deposita sua aposta no lema da independência política do movimento operário. Isto fica manifesto quando o ato de manipular se esgota, a estrutura de compromisso se quebra, o "pacto populista" não mais se sustenta, na medida em a ação autônoma das massas populares "denuncia" o compromisso mistificado. Nas palavras de um expoente: "Na medida em que reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias era que se impõe ao Estado provar a realidade de sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo *manipular as massas*, e, portanto, preservar e ampliar as bases do seu efetivo domínio. Exatamente nestas condições, as organizações populares de esquerda passam a exigir do governo uma ação política pautada em critérios explicitamente ideológicos". (Weffort, 1966: 156) Assim, a arte da manipulação se dissolve quando as classes dominantes rompem com a "inconsistência" do compromisso, daí, a burguesia passar a atacar as "reformas de base", com a quebra do "pacto populista".

A pobreza espiritual vai forçosamente fazendo suas inflexões. O golpe de Estado de 1964 quase chega a ser justificado, na medida em que o "estilo da política populista" sucumbiu. Há que reconhecer, contrariando esta explicação, que as lutas sociais e suas lideranças "populistas", na verdade, estavam imbuídas de *projetos sociais antagônicos* que enfrentavam as resistências das frações proprietárias *associadas ao imperialismo* em nosso país. O atual secretário da Cultura, Francisco Weffort, com a responsabilidade de propiciar a teoria na fundação do Partido dos Trabalhadores, experimentando também a função de secretário-geral desse mesmo partido, consultor político da FIESP, chegou a ilustrar a "contraditoriedade" do fenômeno político construído: "O populismo é contraditório no sentido de ser democrático, quando alguém no poder reconhece a emergência de certas reivindicações que vêm vindo pela base e busca, dentro do possível, atendê-las; quando esse alguém no poder, ao fazer isso, introduz novos atores no cenário político, reconhece que pobre não precisa cair na água fedida do rio Tietê. Por outro lado, é extremamente antidemocrático, quando os pobres que atravessam o rio e caem na água não são consultados para dizerem como querem que seja a ponte, ou que a uma ponte preferem um túnel, ou que, tendo uma organização mínima, podem, de alguma forma, compartilhar a própria decisão que atenderia à sua demanda". (Weffort *apud* Szmrecsányi & Granziera, 1986 :176)

O mais extraordinário de tudo isto é que o próprio formulador da "teoria" se põe a duvidar de sua invenção. Se não, vejamos: "A verdade é que sempre achei que o populismo teve a sua época. Isto é, concluí minhas análises dizendo que ele teria esgotado as suas virtualidades históricas. O Brasil teria passado pela transição de uma sociedade agrária, que se transforma numa sociedade urbano-industrial. Teríamos passado da

condição de um Estado tradicional para um Estado que se organiza cada vez mais com feições modernas. O populismo, como fenômeno de transição dentro da sociedade brasileira, teria esgotado as suas virtualidades, porque o perfil da sociedade brasileira de hoje é o de uma sociedade cada vez mais urbana, cada vez mais industrial e cada vez mais dependente da estruturação estatal? Talvez não!" (Weffort, 1986: 178)

O crítico do "populismo" chega agora a se dar conta de que lideranças do pré-64 permanecem com peso na política nacional. No entanto, ele mesmo faz uma ponderação. A transição ainda não se completou, portanto, este "estilo populista" pode ainda vigorar devido à convivência de problemas históricos e regionais não resolvidos. "O Brasil é uma sociedade que ainda se está fazendo como sociedade moderna. Esse processo de transição da sociedade brasileira para um padrão urbano-industrial e para um Estado moderno é um processo que ainda se acha em curso em muitas regiões do País. Enquanto esse processo não se realizar plenamente, haverá motivos para a ressurreição do populismo, ainda que seja apenas em escala regional. E sempre haverá motivos também para que nos lembremos de Getúlio Vargas. Enquanto o Brasil não chegar plenamente à modernidade e à democracia, Getúlio estará presente entre nós com tudo o que tinha de bom e de ruim, com todas as suas contradições". (Weffort, 1986: 178-9)

Os "teóricos" criaram a mitificação e como mito ainda passam a tourear. Quando ocorreu o golpe de 64, enfim, a "teoria" pode decretar o "colapso do populismo". A ditadura militar seria a expressão desse esgotamento, agora a ditadura de classe pode se tornar mais visível. Porém, o que fazer quando "o fenômeno" teima em se apresentar em nossa realidade? O que fazer com o ressurgimento das velhas propostas "populistas", o nacionalismo trabalhista, a reforma agrária, o controle do capital estrangeiro? O que fazer com os "velhos populistas", Brizola, Arraes, e com os "novos"? Aí trata-se de aprofundar a "teoria". Esquecendo-se que a raiz da política não se encontra nela mesma, mas na *anatomia da sociedade de classes*, nos *anitagonismos sociais*, os teóricos saem em busca de uma nova "visibilidade democrática", a "ética na política". A condenação do "populismo" recebe uma nova interpretação. A "escola" da *analítica paulista* acrescenta à reinvenção a dimensão "messiânica": "o populismo no Brasil poderia ser pensado segundo uma matriz teológico-política e funcionaria como uma *mitologia fundadora* tanto para as classes dominantes, quanto para as classes dominadas. Ela (Marilena Chauí) defende que a própria organização da sociedade brasileira é *autoritária* - verticalizada e hierarquizada -, havendo assim uma retroalimentação entre sociedade e mitologia/política. Esta situação trágica explicaria tanto a impossibilidade da efetuação da *idéia liberal-democrática* de política no Brasil, baseada nas noções de cidadania e representação, quanto a impossibilidade de sustentação do *valor socialista* de justiça social. Pela mesma razão profunda, não superaríamos a matriz mística do populismo, que se renovaria, sistematicamente, como *perspectiva messiânica* para os setores populares". (Gomes, 1996:57. Grifos nossos.)

Como se pode notar, a historiadora, não examinando criticamente as incongruências da "teoria do populismo", apenas fez um mapeamento, não atingindo as suas origens conceituais; tampouco percebeu a matriz liberal-democrática, que subjaz a todo esse arsenal teórico. No entanto, no desfecho do ensaio se evidencia ainda mais sua posição:

"Hoje, às vésperas de um novo milênio, talvez se possa pensar a reemergência do populismo como uma atualização de nossa tragédia". Presa na armadilha da própria conceituação da *analítica paulista*, a sua maior preocupação com a "categoria populismo" reside, depois de tudo, no "que ela guarda de dramático e emblemático da política brasileira, condenada ao autoritarismo". (Gomes, 1996:58)

Paulatinamente, esta analítica, atada à "teoria do autoritarismo", modelo construído como forma intermediária entre o conceito de autoritarismo e de democracia passou a catalogar os procedimentos dos líderes "populistas", agora de natureza *autoritária*, retratando gestos, manias, vícios, delineando figuras maquiavélicas, que visam sempre as suas ambições pessoais e seus projetos mesquinhos. Nesse sentido, a ideologia da autocracia burguesa reduz os grandes projetos sociais, como a reforma agrária, a encampação das empresas estrangeiras por Leonel Brizola, assim como o apoio de Miguel Arraes às organizações popular e camponesa, no nordeste, como sendo projetos demagógicos e, no caso das reformas de base do pré-64, como propostas impossíveis de serem realizadas, para grego ver, típicas da "retórica populista" e da manipulação de uma burguesia ameaçada.

A maioria dos analistas, seguindo a linha weffortiana, desenvolve a tese de que "Os militares assumem o poder após terem garantido o apoio de alguns governadores estaduais, de uma parte do patronato, da Igreja, e encorajados por um filão considerável da classe média determinada a derrubar a *política populista* dos últimos anos. De fato, o papel crescente das massas populares, principalmente sob o governo de João Goulart, e as constantes pressões exercidas contra a estrutura institucional começavam a abalar a existência dos grupos dominantes (os grandes latifundiários, a burguesia industrial), os quais evidentemente se sentem ameaçados". (Forget, 1994:63) O substrato teórico básico remete à definição de populismo como sendo "A imagem, senão o conceito, mais adequados para entender as relações populistas entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados nas classes dominantes, mas impossível de se realizar sem a atenção consagrada a algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do emprego de maiores possibilidades de consumo e do direito de participação nas questões do Estado". (Weffort, 1968:79)

Em suma, para esta teoria da "crítica do populismo", a vitória de 1964, marca o fim de um "estilo de política", de "manipulação das classes populares", um corte no "pacto", um "colapso" de algo com difícil retorno de possibilidade histórica. Para os teóricos, no momento em que as massas denunciam o "pacto populista", se colocando adiante do terreno delimitado de sua atuação por causa do "compromisso", a burguesia tira o seu tapete, pondo a nu a dominação "populista". "Na medida em que se reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias em que se impõe ao Estado provar a realidade de sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo manipular as massas, e, portanto, preservar e ampliar as bases do seu efetivo domínio. Exatamente nestas condições, as organizações populares de

esquerda passam a exigir do governo uma ação política pautada em critérios explicitamente ideológicos". (Weffort, 1966:156)

Como podemos entender essa proximidade entre as críticas da direita e da esquerda ao "populismo"?

Mencionamos mais atrás o caráter incompleto e incompletável da burguesia brasileira, marcado por sua subordinação aos centros hegemônicos do capital e sua conseqüente impossibilidade e inapetência para a inclusão, ainda que nos limites do capitalismo, das massas trabalhadoras, nos planos econômico e, por decorrência, político. Tendo em mente essa situação, não deve causar estranheza a ferocidade com que a burguesia investiu contra o conjunto de propostas englobadas como reformas de base, que, de fato, mantinham-se perfeitamente no âmbito do capitalismo, mas apontavam para a ruptura com seus traços mais gravosos para os trabalhadores, implicando uma contraposição à subordinação imperialista e à organização econômica interna que lhe correspondia.

Já não é tão simples a compreensão da posição da esquerda: por que um segmento político que se pretende vinculado e representante dos trabalhadores utiliza termos semelhantes aos da direita para criticar aquele processo? A resposta a essa pergunta exige, ainda uma vez, remeter à via colonial de nossa história, lembrando que esta inclui todas as classes e segmentos políticos em sua miserabilidade, e não somente a burguesia.

Começamos indicando que, em seu ponto de partida, a *analítica paulista* buscava se contrapor à política de alianças desenvolvidas pela esquerda *pecebista* no pré-64, que propalava, com suas palavras de ordem e sua leitura da natureza do processo revolucionário, uma posição caudatária do proletariado na revolução democrático-burguesa no Brasil. Contraposição legítima, à medida que a leitura pecebista, na incompreensão da especificidade de seu chão histórico, acabou por se subsumir à suposta necessidade de "completar" o capital atrofico brasileiro, de fato incompletável, resultando daí seus descaminhos. Independente de buscarmos aqui as relações de determinação, que escapam ao objeto deste trabalho, podemos verificar que a inapreensão da particularidade brasileira implicava uma subordinação ideológica da esquerda à burguesia.

Ora, a esquerda surgida no pós-64, perspectivando romper com o reboquismo do PCB, não levou sua análise às raízes desse problema, isto é, à apreensão de nossa particularidade, nem, pois, rompeu com a subordinação ideológica à burguesia, limitando-se a transferir a discussão da esfera das relações econômicas para a da política, visualizando completar aí o capital, pela instituição da liberal-democracia; com o que, de fato, acentuou aquela subordinação, tornando-se visceralmente politicista.

Adotando uma concepção de radicalidade proletária que entende enviesadamente a independência de classe, a "analítica paulista" será marcada, doravante, por esta recusa de qualquer aliança ou política de frente, com as categorias sociais dominantes. "Seja como for, o período (...) é determinado como a fase de configuração e desenvolvimento do capitalismo industrial. Todavia, na expansão desse mundo urbano-fabril não impera a

hegemonia da burguesia industrial, mas esta condive a dominação com outros setores proprietários, inclusive com seus 'adversários derrotados' de ontem, e tudo se entrelaça ainda e fundamentalmente com o advento da chamada política de massas, em que estas passam a exercer funções políticas reais, embora subalternas. E com isso é dado por configurada o que com certa pompa recebe a denominação de 'democracia populista'. (Chasin,1989:80)

Como vimos, nessa visão *politicista* (a história passa a ser explicada fundamentalmente pela esfera da política), a especificidade desse "pacto populista" se manifesta numa situação de "vazio de poder", no qual não há hegemonia à vista, propiciando, com isso, o surgimento de um líder carismático, que em face de uma sociedade civil ainda não formada - por causa da modernização incompleta, as classes sociais não possuem configurações nítidas -, age manipulando estas massas amorfas, segundo os interesses das "elites" dominantes.

O *pacto* forjado, na medida em que a burguesia industrial não atingiu a capacidade plena do exercício de sua hegemonia, ocupa este *vazio de poder*, atraindo as massas enganadas, formando um corpo fictício de poder. Nasce, assim, o *ardil do populismo*: "De fato, para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populistas são em conjunto ou cada um de *per si* o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante, ou, para usar uma pérola de um dos formadores da teoria, a atitude das massas acaba por ser 'uma forma substantiva da hegemonia inexistente'." (Chasin, 1989:81)

De sorte que as manifestações mais tópicas da realidade, tomadas em sua aparência imediata, são oferecidas como a resposta para o problema, ao invés de serem tomadas como aquilo que deve ser explicado. Nas palavras de Chasin: "Politicismo pedestre que não se interroga nem mesmo pelas razões da necessidade do pretense *engano*. Se desde 30 o movimento proprietário se resume ou limita a tecer um engodo societário, ou seja, não arrasta em sua ascensão o conjunto das categorias sociais, não transfigura positivamente - ainda que nos parâmetros contraditórios próprios ao capital - a sociedade em seu todo, mas reduz ou conserva milhões em níveis intoleráveis de miséria física e espiritual, ao mesmo tempo que não logra alcançar nunca os patamares da contemporaneidade, então o problema fundamental consistiria obrigatoriamente em delucidar o *engano*, isto é, na exposição do que seja a *burguesia enganosa* e do porquê de seu ser-precisamente-assim, e não no mero registro abstrato de seu 'pecado', a partir do qual a história é deduzida. Porém, exigir algo desse tipo à teoria do populismo é de uma inutilidade brutal, pois é de sua lógica apresentar como resposta justamente o que deveria ser explicado.

A "crítica do populismo" evidencia, assim, claramente sua debilidade e seus limites, uma vez que "tomba, de saída, em face da questão central, cujo teor é incapaz de sondar com mínima consistência; em verdade, não atina sequer com sua existência e, portanto, com a

relevância que tem para o complexo problemático em tela. A teoria do populismo pretende ser a denúncia crítica de um procedimento, de uma vontade política, mas não interroga o capital enquanto seu suporte efetivante. Pelo viés politicista, detém-se na pretendida constatação do 'engano da burguesia'; este, quando muito, não mais do que aparência político-fenômeno de uma dada essência, para a qual essa teoria não tem como ser advertida, que assim lhe escapa por completo: a debilidade estrutural do *capital enganador*. Não pode compreender que a aparência do 'engano' tem por verdade a peculiaridade do capital atrofico; ou seja, que a política do 'engano' é apenas a face exposta da incapacidade real do capital enquanto capital na forma dessa sua entificação específica. Em suma, que o assim e impropriamente chamado *populismo* é a expressão tópica da miséria da via colonial de objetivação do verdadeiro capitalismo. Itinerário pelo qual a incompletude de classe da burguesia não pode ir além de uma hegemonia incompleta - impossibilitada que está de ser econômica e politicamente apenas por si mesma".

Do mesmo modo que não apreende a especificidade da burguesia brasileira, perde também a da classe trabalhadora, determinadas ambas pela mesma atrofia do capital: "Trata-se, em síntese, da configuração de uma sociedade de classes onde a *contraposição de classes* fica entre parêntesis. Por outras palavras, materializa-se uma formação social cuja legitimidade é regida pela antítese estrutural entre capital e trabalho, todavia, sob uma forma específica tal que sua efetivação mantém e reproduz aquele estatuto em graus apenas delimitados e ainda abstratos, não universalizados concretamente para a formação de modo que a entificação dos membros contraditórios da equação social, no inacabamento reiterado deles, não tende a aproximar (ou tende a obstaculizar a aproximação), a não ser também abstratamente, de confrontos antitéticos. No que tange designadamente ao *trabalho*, este enquanto categoria global não é propriamente impulsionado pelos nexos de raiz de sua lógica própria, não tem como aflorar ao tender a ser pôr como potência antagônica ao sistema do capital.

"De fato, os excluídos ou marginalizados, que antes de tudo são os excluídos - parcial ou totalmente - da categoria dos trabalhadores, ou seja, que em primeiro lugar são a dimensão mais sensível e brutal da inconcludência objetiva da classe do trabalho no país, constituem o limite material da radicalidade possível do movimento e das lutas do trabalho, o subsolo da debilidade destas em sua edificação real, e não somente o ponto fraco da mobilização popular, que permitiria sempre o engodo ou a manobra burguesa no interior das fronteiras do conflito."

(Chasin, 1989:102-103)

A *teoria do engano da burguesia* ou teoria do populismo, na verdade, não interroga as razões pelas quais o capital em nossa formação histórica, não entificou o verdadeiro capitalismo (capital industrial), objetivando um capital incompleto e incompletável, que se torna incapaz, nesta determinação histórico-social, de integrar as maiorias na totalidade da vida nacional.

É, pois, extremamente pertinente a observação de J. Paulo Netto acerca da operacionalidade da teoria do populismo para a mistificação e anulação das lutas sociais do pré-64, combinando com a ofensiva ideológica do próprio "sistema" contra os seus adversários, constituindo-se "numa ampla cruzada ideológica de crítica", particularmente, visando à propostas políticas caudatárias e reformistas do PCB. "A extrema vulgarização - não só no Brasil - da denominada *teoria do populismo* no pós-64, contribuiu, com certeza independentemente da vontade dos seus autores, para desqualificar os grandes esforços e as grandes lutas do movimento operário e sindical". (Netto, 1996:23) Num certo sentido, o "novo sindicalismo" estará impregnado destas concepções, acertando na crítica ao cupulismo das direções sindicais e o descaso na construção de organismos sindicais de base, mas equivocando-se na identificação do "sindicalismo populista", anulando as lutas e projetos sociais incorporados e adensados com ações vigorosas de massas a fim de implementar as reformas de base. Aí é visível a influência ideológica dos formuladores da *teoria*, intelectuais social-democratas, petistas, na difusão da teoria para o movimento social.

A disseminação dessa concepção nos trabalhos acadêmicos acabou por atingir de modo generalizado as vertentes do marxismo e do weberianismo, misturando-as ecleticamente tão ao sabor das lições ensinadas na FLACSO por Gino Germani e Torquato Di Tella, entre outros. O "populismo" seria expressão de uma visão da pequena-burguesia que dá o tom para a ideologia da burguesa e do operariado. Numa fórmula sintética, "O nacional-populismo é uma linguagem encontrada para dominar os trabalhadores nesta fase particular da sua expansão social-urbana no Brasil". (Nóvoa, 1998:52)

Desde a Revolução de 30, a busca da hegemonia burguesa se fez na direção de um "bonapartismo nacional-populista", que acarretou a destruição das várias associações e organismos sindicais combativos, domesticando-os e atrelando-os aos aparelhos do Estado, construindo, portanto, toda a supra-estrutura ideológica, jurídico-política. "Estes instrumentos, que mantiveram os trabalhadores presos aos pactos de unidade, à chamada 'união nacional' e, em síntese, às políticas de 'colaboração de classes' dominadas pelos interesses do capital. Foi a partir de então que as três categorias (sindicato, partido e Estado) mostraram sua organicidade e sua importância na formação histórica da classe operária do Brasil, como agências geradoras da subsunção real do trabalho ao capital". (Nóvoa, 1998:51)

Isto não quer dizer que o próprio movimento sindical daquela época defendesse o vínculo com as cadeias da estrutura atrelada, mas - bastaria examinar as propostas e os resultados de suas lutas - ao contrário, a aliança do movimento sindical com o executivo de coloração trabalhista estava selada no compromisso de fazer vingar as reformas de base - a República democrática apoiada nas organizações populares e, portanto, nos sindicatos. Num depoimento colhido pela *Escrita/Ensaio*, durante o mês de julho de 1979, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, eleito em 1963 e cassado pelos golpistas de 1964, colocou uma questão bastante pertinente para os "teóricos do populismo": "Há a impressão de que, antes de 64, tudo era homogêneo. (...) Tudo que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha de ser esquecido. Inclusive, o

próprio cara que mandou fazer Brasília, o Juscelino, quiseram esquecer. E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Tudo que aconteceu antes de 64 não serviu para nada. Descobriram uma palavra, o populismo, que até hoje eu não consegui ninguém que me explicasse. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período em que uns estavam na cadeia, no exílio, e outros nem na cadeia, nem no exílio. (...) Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e que querem passar para nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? (...) Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante. Tudo estava na perfeita ordem, bom e bonito. Populismo é isso mesmo, porque é uma proposta da classe dominante para se ajustar. Então, por que essas bestas deram o golpe? E, se deram o golpe em cima dos 'populistas', porque é que eu, o Ibrahim e outros fomos presos? Por que eles foram em cima de três mil e tantas entidades sindicais? Por que eles fecharam 170 e poucas federações? E onde eles foram buscar os substitutos para esses companheiros? Se o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) era tudo isso, *colaboração com a classe dominante*, então por que fecharam do jeito que fecharam? E prenderam o presidente do CGT, Riani? *Ele foi o único que cumpriu nove anos e seis dias*. Contadinhos, não deram uma colher de chá para o Riani. Essas são as indagações que eu coloco em cima da mesa. Os teóricos do populismo jogaram sozinhos, ninguém apareceu para contestar. Nunca ninguém se meteu a sair de São Paulo e fazer uma entrevista com o Riani na cadeia, lá em Juiz de Fora. Ora, se esse homem que é militante católico, membro do PTB, deputado operário, estava representando o papel que os intelectuais dizem que representava, por que sofreu perseguição e não ficou no CGT? Por que foi o homem mais odiado pela repressão?". (Rago et al., 1980:29-30)

Segundo os "teóricos do populismo", a determinação social desse tipo de ideologia tem como centro irradiador a "linguagem" e "comportamento" da pequena-burguesia, que, por sua vez, irá se materializar nos partidos políticos de orientação ideológica dessa categoria social. "A pequena-burguesia tornou-se a principal agência veiculadora de seus signos, de seus ícones, da sua ideologia. No Brasil, ao nível político, duas categorias históricas se efetivaram como condutoras (embora através de formas particulares) do conteúdo dessa ideologia: o PTB, que nasce diretamente de um programa de conciliação; e o PCB, que adapta e se torna um dos principais agentes dessa política". (Nóvoa, 1998:52) Segundo Nóvoa, "O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tornou-se veículo canalizador das ilusões políticas dos trabalhadores. O populismo nacionalista, como ideologia dominante de consciência social, tornou-se o verdadeiro cimento que uniu as 'rachaduras sociais' do período compreendido entre 1943 e 1964. A sua base social foi a dos setores médios da população - a pequena-burguesia urbana, a aristocracia sindical, a burocracia estatal e o oficialato militar - que havia originado o tenentismo. A sua essência foi a idéia de colaboração entre o capital e o trabalho. Através dela, o Estado enxergava-se acima das classes e imprimia concessões ao capital, para melhor subordinar o trabalho". (Nóvoa, 1998:51-52)

Como se pode depreender disso, esses partidos exprimem a ideologia e a política da conciliação nacional; assim, voltamos para o ponto de inflexão: por que foi dado um golpe

de Estado, se vivíamos no melhor dos mundos possíveis, uma vez que a burguesia, controlava e manipulava a classe operária por meio dos maiores partidos de esquerda do pré-64? A resposta é óbvia demais, como já vimos, algo de novo aconteceu: o "estilo de política" da manipulação conciliatória sofreu um esgotamento.

Marcelo Ridenti, mesmo se valendo de uma passagem de Marx, em *O Dezoito Brumário*, se aproxima da vertente dos teóricos da "crítica do populismo". Em sua obra *O Fantasma da Revolução Brasileira*, ele escreve: "As raízes da derrota política não devem ser buscadas só nos erros dos partidos, nem apenas na ação, ou falta de ação, dos que neles se representam. Se isso for correto, a derrota em 1964 não pode-ser atribuída só à ação das esquerdas, nacionalistas e comunistas, ou apenas à 'passividade do povo'. A derrota foi de um *projeto político de representação* que envolveu e *iludiu a todos*, as massas populares e as esquerdas, representados e representantes, que foram tragados, no mesmo processo, pela roda-viva da História, cujo devir também dependia da ação das classes dominantes e da dinâmica objetiva do capitalismo brasileiro". (Ridenti, 1993: 245)

A sua tese consiste em mostrar como não houve um "salto de qualidade" na representação popular, uma vez que as massas se encontravam à frente de seus representantes. Por que o golpe saiu? "O golpe foi dado quando tal representação *ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista*, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe". O resultado disso é que "Jango e assessores civis e militares, Brizola e nacionalistas, trabalhistas e comunistas, porque não pudessem ou porque não quisessem, não tentaram *o salto* de representantes das 'massas', do 'povo', para representantes da classe trabalhadora; isso teria exigido a resistência imediata, que não houve, para surpresa dos golpistas". (Ridenti, 1993: 244. Grifos nosso)

Está claro que não se trata de desmentir a fragilidade dos dispositivos de Jango, porém, não foi a passagem da condição de "massa" para a de "classe", abrindo terreno para a *ruptura* com os "marcos da ordem capitalista", que motivou o golpe. Mas, sim, porque Jango detonou um processo de implementação acelerada das reformas de base, que contrariava os interesses monopolistas, fundamentalmente, imperialistas, articulando-se numa *democracia direta* com as camadas populares. Recorde-se que a direita via nisso uma insubmissão do próprio presidente da República, quebrando as hierarquias, na arte da manipular os interesses da população sofrida a serviço dos interesses de uma "república anarco-sindical". A tal passagem para a "classe" não elevou o movimento operário para uma "consciência possível" da revolução. Se a "falsa representação" perdurou após o golpe, o autor credita a uma "ilusão da permanência representativa". Isto porque a organização institucional do "Estado populista" era um engodo de democracia representativa. "Dado o golpe, uma vez perdidos os canais institucionais de representação", afirma Ridenti, "tratava-se de encontrar outros caminhos, para continuar expressando a vontade dos representados. A representatividade daquelas entidades estava vinculada ao *fetichismo da representação popular no Estado democrático*, em vigor de 1946 a 1964; com a queda do *regime populista*, desmanchou-se a *trama representativa* na qual se assentavam. Como elas poderiam manter alguma representatividade, *sem qualquer*

participação no poder de Estado, que era a pedra de toque de todo o processo de representação das massas populares nos anos anteriores ao golpe?" (Ridenti, 1993: 246. Grifos nossos)

Mais uma vez se desloca a explicação para o fenômeno do "populismo", no âmbito da política, e não articulando com a determinação causal, extraído da própria *anatomia* da sociedade civil, nas próprias determinações histórico-concretas da via colonial de objetivação do capitalismo, na incompletude do capital atrófico.

Nós vimos como o conceito de populismo foi construído para a explicação de formações históricas distintas, sob a tutela de regimes "autoritários", que se diferenciavam dos casos do "totalitarismo" europeu. Neste último caso, entravam sob o mesmo rótulo tanto o fascismo italiano e o nazismo alemão como o "comunismo" estalinista. Todavia, mesmo a utilização do isebiano G. Ramos separa o trigo do joio, não identificando o janguismo, o brizolismo na noção de populismo. Operava com uma noção mais próxima à política pequeno-burguesa. A apropriação da direita vem agora identificada à ditadura varguista ou peronista, com uma guinada à esquerda, por causa da aproximação com as classes trabalhadoras. A célebre ameaça da "república sindical". Mais ainda: o agrado às massas populares, particularmente o amparo legal às reivindicações trabalhistas⁸ e à organização sindical, faziam com que, no plano da política econômica, às promessas descabidas de atendimento das necessidades das classes operárias, se objetaria quebrar a "lei natural da economia", ou seja, a eterna escassez dos recursos materiais a fim de atender às infinitas carências humanas das maiorias.

A "república sindical" vislumbrada pelo "nacionalismo populista" será, desse modo, caracterizada como "anarquia e desordem" no âmbito societário, particularmente no plano econômico, pondo em risco, por causa do forte teor nacionalista, o capital estrangeiro. Por esta razão, um dos membros do *poder castelista* será bem mais explícito do que os "críticos" de esquerda: "Se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise", escreve Roberto Campos, "ela data de mais longe. Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da 'política de gangorra' - oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista". O culpado da situação é um só: a "algaravia populista". O "populismo" é assim descrito como sinônimo de nacionalismo estatizante e de movimento de esquerda, com os sindicatos de trabalhadores atrelados no poder. Isto porque, "No Brasil, o imediato deflagrador da crise política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A intervenção militar foi relutante, tendo em vista a forte tradição legalista das Forças Armadas. Essa tradição levou a autolimitação dos poderes e da duração do processo revolucionário, e também à preservação substancial da instrumentação política e judiciária - o Congresso, o Supremo Tribunal, e inicialmente até mesmo os partidos políticos, que só foram abolidos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965". (Campos, 1994: 580/1)

O que a formalização opera é um profundo seccionamento de realidades, segundo o qual é possível criticar o líder "populista", assim como os dirigentes sindicais e partidários são tratados como "populistas", ardilosos na manha de ludibriar os subalternos, mas que são, posteriormente, reprimidos, presos, torturados, porque o seu "estilo de política" sofreu um esgotamento no interior do "pacto populista". A insuficiência da argumentação sofre a crítica do próprio movimento da realidade. Os arteiros da manha de ludibriar, os demagogos e oportunistas, são agora descartados, no momento em que resolvem amenizar o "estilo" e, assim, aproximar e assumir as propostas verdadeiras das massas brasileiras. (Sendo que, quem está propondo as reformas de base, a propalada "república sindical" é o próprio trabalhismo brasileiro e seu condutor máximo, o chefe da "República").

Por esta sinuosa linha de argumentação, produzida pela formalização do conceito, a tematização das determinações concretas deverão ser "problematizadas", ou mais do que isso, sugere-se que o "líder populista" e o "movimento sindical" ameaçam escapar do artilho do populismo. Lucília Delgado ao estudar num longo itinerário, de 1945 a 1964, o PTB, mostra os atores políticos se afastando da tipificação: "Essa prática se reproduziu quase que como norma de comportamento durante todo o governo João Goulart. O governo Jango foi, dos governos populistas, o que menos utilizou a via do controle sobre as movimentações de sindicalistas. A situação estava próxima da ironia. Ligado aos sindicatos, inclusive pela sua prática partidária junto ao PTB, João Goulart, que desde 1953 tanto se empenhara no exercício da cooptação e da conciliação, não hesitando inclusive em fazer grandes concessões, viu as lutas sindicais escaparem de seu controle. Uma situação de duplicidade contraditória, na qual os meios usados para a cooptação ameaçavam entreabrir as portas da independência. Portas essas que, todavia, para se manterem abertas, necessitavam de que o movimento operário e sindical apresentasse condições de superação da etapa na qual predominava sua incorporação na 'coligação nacional populista'". (Delgado, 1989:276)

Como descrever a movimentação do CGT, liderada pelo líder trabalhista Clodsmidt Riani, impulsionando uma plataforma econômica de talhe popular e nacional, que se confrontava com a prática do sindicalismo "populista" atrelado ao Estado, cooptado e submisso às ordens do poder "populista"? Segundo a autora, "apesar de manter fortes vínculos, o Estado, utilizando-se de sua infra-estrutura como fator de legitimação junto às suas categorias, procurava criar uma fonte alternativa para essa legitimação, através da defesa de propostas que questionavam as forças tradicionais de mando político características do populismo. Na dinâmica desse processo, o próprio populismo seria transformado em um meio de luta político-social que adquiria características típicas de uma luta de classe". (Delgado, 1989:281/2) Com isso, "a duplicidade do governo Goulart era evidente e, no seu decorrer, o populismo perdeu uma parte substantiva de seu caráter manipulador, pela força dos movimentos populares que sobre ele passaram a atuar". Anulando, assim, a própria conceituação weffortiana, segundo a qual, "O populismo traz em si a inconsistência que conduz inevitavelmente à traição. Não obstante, o mais hipócrita dos populistas nunca pode ser totalmente infiel à sua massa, ele a trairá, mas há limites para a traição além dos quais a imagem do líder começa a se dissolver". (Weffort, 1978:n)

Há que repor a seguinte questão: a sucessão de golpes militares que a história brasileira conheceu reitera-se sempre com o propósito de barrar um processo de reformas, quando se desloca a base social, porém, modificando sua forma de intervenção em 1964: "O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas.(...) Em 1955, uma tentativa de golpe militar visava a posse do candidato Juscelino Kubitschek, que havia sido vencedor nas eleições. Em 1961, as forças reacionárias levaram ao poder, numa ampla aliança, Jânio Quadros, que se propunha preservar os interesses dos setores mais conservadores. A renúncia do presidente e a divisão das forças que defendiam os propósitos retrógrados fizeram com que fosse tentado um golpe militar, inviabilizado pela divisão das Forças Armadas. Contudo, esses propósitos tornaram-se triunfantes em 1964, quando o governo João Goulart buscou efetivar as reformas de base, isto é, as modificações estruturais na vida brasileira. Jango acabou sendo deposto, não pelos seus defeitos, mas por suas qualidades e virtudes.(...) Em 1964, no entanto, o modelo sofre uma modificação, pois as Forças Armadas tomam e instalam-se no poder, não o cedendo às forças políticas que as manipularam. Há um significado novo, portanto, na forma de intervenção das Forças Armadas, que é o de manter as velhas estruturas que controlam este país desde a época colonial". (Sodré *apud* Toledo, 1997:104)

Notas

¹ Objetivamos, nesse trabalho, efetuar a crítica da "*Ideologia 64*", por meio da *análise imanente* do fatodoutrinário, que respeita as determinações do objeto em sua integridade, busca problematizar, articular e desnudar tais "convicções e concepções" da ideologia *bonapartista* do autocratismo-burguês, a começar pelos "ideais da revolução" e a negação de sua natureza *ditatorial* - aceita, como vimos, a expressão "autoritarismo democrático" -, auto-proclamando-se como a "Revolução de 1964". Mais ainda, objetiva compreender esta visão de mundo articulada ao seu tempo e contexto histórico, na própria produção de seus feitos e suas falas. Lembrando, com as palavras de Mészáros, que embora as afirmações ideológicas sejam um produto específico de indivíduos singulares, sua produção é sócio-histórica. Basta assinalar, inclusive, que certos escritos militares expressam uma doutrina, por exemplo a *doutrina esguiana* da Segurança Nacional, que por sua vez tem matizes liberais, expressam conteúdos ideológicos do próprio imperialismo, e assim por diante.

² Mesmo um adepto das propostas do eurocomunismo acentuará que "Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão - por mais feroz que seja - exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo". (Konder, 1977:4)

³ Em outro trabalho, Chasin delinea a forma dessa categoria ontológica: "O particular é aí, precisamente, uma negação determinada do universal, a superação da indeterminação na generalidade; o que significa, ao mesmo tempo, o meio de generalizar determinadamente a singularidade de modo que esta possa romper o véu inefável que carrega na imediaticidade, revelando, assim, as determinações singulares de sua concreta singularidade. O particular se mostra, assim, como já foi apontado antes, na condição de 'veículo determinado', enquanto categoria portadora da 'função criadora de determinação', seja delimitando o universal, seja expandindo o singular". (Lukács, 1982:65) Com isso, temos o resgate de um procedimento ontológico tão ao gosto dos principais marxistas, reconhecendo-se, assim *a particularidade como categoria típica da determinação e da mediação*.

⁴ Para além dos empréstimos indêbitos às formulações chasinianas, há outro equívoco na identificação de sua análise como sendo *lukacsiana*. Desde sua crítica juvenil à sociologia do conhecimento de Mannheim, nos inícios dos anos 60, já aparecem diferenças com relação à obra *A Destruição da Razão*, do filósofo húngaro. Chasin sempre apontou a importância, para o marxismo, da produção de G. Lukács, sua proposta de resgate da obra marxiana, particularmente no campo da produção estética e da monumental *Ontologia do Ser Social*. No entanto, quem se dispuser ao esforço de examinar o autor por aquilo que escreve e não por suposições, saberia que as diferenças são mais profundas do que possam aparentar. Basta confrontar a sua crítica aos limites da razão política e da gênese e necessidade da politicidade feita por Marx, e o descarte do estatuto ontológico, quando da transformação da filosofia de Marx numa estrutura histórico-sistemática. Este desconhecimento da determinação onto-negativa da politicidade está inscrito no balanço de Celso Frederico sobre a herança lukacsiana no Brasil, onde J. Chasin é identificado com uma espécie de "lukacsiano acadêmico".

⁵ Sobre a intelectualidade isebiana assim escreveu Ângela Gomes: "Este seletivo grupo intelectual tinha como objetivo mais imediato formular uma interpretação para a crise nacional em curso, interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar forças progressistas do país, tendo em vista o desencadeamento de um movimento amplo em prol das reformas de base. A atuação destes intelectuais aposta, portanto, no papel de um vanguarda esclarecida que, produzindo uma nova visão do mundo, abastecerá projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos por eles identificados e equacionados". (Gomes, 1996: 34-35)

⁶ Outros autores se valeram do conceito para constatar esta "ambigüidade", segundo a tematização de Dreifuss: "O populismo tem recebido várias interpretações. Para efeito da presente análise, será considerado o populismo como o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas

organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista." (Dreifuss, 1981:43)

⁷ Há que fazer a distinção entre politizar e politicizar, como segue nessa longa citação chasiniana: "A autonomização do político e sua conseqüente hiper-acentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia. De todo modo, a *politização* da totalidade pelo discurso é pelo menos um grosseiro gesto simplificador que, no mínimo, desconhece, desrespeita e/ou elimina a qualidade própria das *demais componentes* que integram a totalidade. Converter e diluir tais *qualidades* ao meramente 'político', além da bárbara arbitrariedade que subentende, é ao mesmo tempo uma condenação à impotência no plano objetivamente político, na medida que este se põe como ação, pré-figurada mentalmente, que por interesse teleológico se submete à intrincada causalidade do todo. O que é o mesmo que dizer que o *agente*, para *efetivar* seu fim a este se submete, subordinando-se, assim, necessariamente às propriedades e virtualidades de seu objeto. À evasão do concreto, induzida pela *politização*, a verdadeira política contrapõe, pois, a si mesma como prática que toma o trabalho como protoforma". (Chasin, 1977: 147)

⁸ De fato, os trabalhistas se constituíam na principal força popular de então, isto porque "O PTB emergiu das eleições de 1962 como o segundo maior partido nacional e Brizola, ao deixar o Governo do Rio Grande do Sul, assumiu o mandato da Câmara Federal, respaldado pela esmagadora votação no Rio de Janeiro, o que lhe dava dimensão nacional, como líder popular. As divergências com Goulart, entretanto, afastavam cada vez mais do Governo Federal, tornando-o intérprete da oposição de esquerda. Essas divergências, que envolviam a política econômica e o encaminhamento das reformas de base." (Bandeira, 1979: 88)